



FICHA TÉCNICA

Título

Fragmenta Historica – História, Paleografia e Diplomática – N.º 9 (2021)

ISSN

1647-6344

Editor

Centro de Estudos Históricos

Director

João José Alves Dias

Conselho Editorial

João Costa: Licenciado em História pela FCSH/NOVA. Mestre em História Medieval pela FCSH/NOVA. Doutor em História Medieval na FCSH/NOVA

José Jorge Gonçalves: Licenciado em História pela FCSH-NOVA. Mestre em História Moderna pela FCSH/NOVA. Doutor em História Moderna pela FCSH/NOVA

Pedro Pinto: Licenciado em História pela FCSH/NOVA

Conselho Científico

Fernando Augusto de Figueiredo (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Gerhard Sailler (Diplomatische Akademie Wien)

Helga Maria Jüsten (CEH-NOVA)

Helmut Siepmann (U. Köln)

Iria Vicente Gonçalves (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

João Costa (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA)

João José Alves Dias (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

João Paulo Oliveira e Costa (CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Jorge Pereira de Sampaio (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

José Jorge Gonçalves (CEH-NOVA; CHAM – FCSH/NOVA-UAç)

Julián Martín Abad (Biblioteca Nacional de España)

Maria Ângela Godinho Vieira Rocha Beirante (CEH-NOVA)

Maria de Fátima Mendes Vieira Botão Salvador (CEH-NOVA; IEM – FCSH/NOVA)

Design Gráfico

Ana Paula Silva

Índices

Carlos Silva Moura, Diana Martins, João Costa e Pedro Pinto

Imagem de capa

Bibliothèque nationale de France, Ms. Français 20485, f. 92



SUMÁRIO

Editorial, p. 7
João Alves Dias

Imagem da capa: Uma carta de Lopo de Almeida a Luís XI, Rei de França, em 1465, p. 9
Pedro Pinto

ESTUDOS

Pernoitar fora de casa nos confins da Idade Média, p. 15
Iria Gonçalves

A presença da cortiça no património construído da Ordem de Avis, em terras do Alto Alentejo, no início da Idade Moderna, p. 51
Ângela Beirante

MONUMENTA HISTORICA

António Castro Henriques, Diana Martins, Inês Olaia, Pedro Pinto, João Costa, João Nisa, Catarina Rosa, Margarida Contreiras, Ana Catarina Soares, Maria Teresa Oliveira, Rui Queirós de Faria, Diogo Reis Pereira, Carlos Silva Moura, Pedro Simões, Alexandre Monteiro, Ana Isabel Lopes

A ordem dos documentos desta secção encontra-se nas páginas seguintes (4 a 6)

ÍNDICE

Índice antroponímico e toponímico deste número, p. 283

LISBOA
2021

MONUMENTA HISTORICA – Ordenação da documentação

Foral outorgado por Gomes Lopes, prior do Mosteiro de São Jorge de Coimbra, a Galizes (1260), p. 87

Carta de D. Dinis ao juiz e concelho de Penacova sobre o pagamento da colheita pelo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (1290), p. 89

Carta de D. Dinis ao meirinho-mor de Além-Douro para controlo de violência dos fidalgos (1293), p. 91

Carta de D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, contendo o traslado de escrituras relativas à sentença exarada contra Miguel Lourenço, carpinteiro, por não viver maritalmente com a sua mulher (1304), p. 93

Carta de D. Dinis de revisão do foro a pagar pelo concelho de Abiul (1308), p. 97

Carta de D. Afonso IV de privilégio ao Mosteiro de São Domingos de Santarém (1328), p. 99

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio ao convento do Mosteiro de Santa Ana das Celas da Ponte de Coimbra (1334), p. 101

Carta de D. Afonso IV concedendo privilégio à igreja de São Cristóvão de Coimbra (1334), p. 103

Treslado de carta de D. Afonso IV com instruções para averiguação de queixas de sobretaxamento no Entre Douro e Minho (1335), p. 105

Inventário e descrição do conteúdo de duas arcas (uma contendo livros) pertencentes à Irmandade dos Clérigos Ricos de Lisboa (1382), p. 107

Instrumento público de trespasse de aforamento de umas vinhas em Óbidos entre Álvaro Vasques e Vasco Gil (1417), p. 111

Privilégio e ordenança dos besteiros de cavalo (1419), p. 113

Escambo que Fernão Gil, tesoureiro do Infante D. Duarte, fez das casas da judiaria, com a vinha e olival, que foi de João Vicente, moedeiro (1433), p. 117

Fragmento de livro de despesas de Martim Zapata, tesoureiro-mor em Lisboa (1440), p. 123

Instrumento público de codicilo ao testamento de Leonor Gonçalves da Silveira (1441), p. 129

Carta de venda de metade de uma casa situada na judiaria do Olival, no Porto, junto ao Mosteiro de São Domingos (1445), p. 133

Venda de Violante da Silveira a Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade régia, de bens em Évora (1449), p. 137

Carta de D. Afonso V ao Conde de Benavente (1451), p. 141

Confirmação da doação que fizeram Isaac de Braga e Missol, judeus habitantes em Arrifana de Sousa, a D. Isabel de Sousa (1456), p. 143

Traslado quinhentista do contrato que a Câmara de Évora fez da administração da aposentadoria de Évora com os mesteres (1464), p. 147

Certidão da Infante D. Beatriz sobre as menagens dos alcaides das fortalezas pertencentes a D. Diogo, Duque de Viseu, seu filho (1481), p. 155

Carta de Santarém a D. João II sobre a morte do príncipe D. Afonso [1491], p. 163

Contrato de casamento de D. Maria de Meneses com Rui Gomes da Grã (1493), p. 165

Codicilo ao testamento de D. Gonçalo de Castelo Branco (1493), p. 169

Instruções dadas por D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal, em Roma, a Francisco Fernandes, que enviava a D. Manuel I, rei de Portugal (1496), p. 173

Partilha de bens por morte de Maria de Sousa, Baronesa de Alvito (1499), p. 177

Caderno de matrícula das ordens sacras concedidas em Tomar (1501-1544), p. 183

Carta de foral novo do Rei D. Manuel I ao concelho de Castelo Novo (1510), p. 215

Carta de Álvaro Vaz queixando-se ao rei da opressão que o corregedor de Tavira causara aos moradores da dita cidade (1517), p. 227

Nomeação de Afonso Homem como recebedor das terças da comarca de Trás-os-Montes (1517), p. 231

Notícias várias do reinado de D. João III e D. Sebastião [1521-1572], p. 233

Carta de sentença e quitação do Cardeal de Lisboa, o Infante D. Afonso [II], relativamente a uma contenda entre o bacharel Tomé Fernandes e D. Francisco de Castelo Branco sobre a execução do testamento da condessa, sua mãe (1529), p. 241

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco sobre a ameaça dos turcos (1537), p. 243

Mandado de D. João III a Sebastião de Moraes para pagar a Fernão de Pina, cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, até à quantia de 300 cruzados aos escrivães que trasladavam livros e escrituras (1538), p. 245

Carta de D. João III ao capitão de Ormuz D. Pedro de Castelo Branco agradecendo os seus serviços (1542), p. 247

Carta sobre a defesa do castelo de Viana [1614-1625], p. 249

Parecer do Conselho da Fazenda sobre o naufrágio de uma nau holandesa em Melides (1626), p. 253

Lista de despesas do embaixador de Portugal em Roma [post. 1640], p. 255

Instruções públicas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 259

Instruções privadas de D. João IV a D. João de Meneses, embaixador na Holanda (1650), p. 263

Carta de D. Maria I nomeando o professor régio Luiz dos Santos Vilhena para a cadeira de língua grega na Bahia (1787), p. 273

Memória sobre o modo mais vantajoso de remediar os inconvenientes das presas de água para regar os campos, fazer os rios navegáveis, prevenir o seu areamento, profundar os portos de mar, e outros usos [c. 1794-1808], p. 275

Relação do que foi destruído pelos franceses no cartório da câmara de Penamacor (1816), p. 281

PERNOITAR FORA DE CASA NOS CONFINES DA IDADE MÉDIA

Iria Gonçalves

Centro de Estudos Históricos, Universidade NOVA de Lisboa

Instituto de Estudos Medievais (IEM) – NOVA FCSH

Resumo

Necessidade imperiosa é encontrar alojamento para pernoitar, em qualquer viagem com demora superior a um dia. O que era frequente suceder a viajantes medievais, dada a morosidade dos meios de comunicação existentes. A viajantes de todas as condições sociais e económicas. Assim sendo, era necessário que existissem estruturas vocacionadas para prestar esse serviço, ao alcance de todas as bolsas. Mesmo daquelas que nada levassem dentro. Por isso começaram a multiplicar-se, sobretudo ao longo da Baixa Idade Média, casas de variado tipo, destinadas a dar pousada aos viandantes: hospitais e albergarias para os que nada possuíam; estalagens, estaus, para os que tinham dinheiro. Todas ofereciam condições mínimas, mas como o mais importante era uma cama em recinto fechado, ao abrigo dos terrores da noite, era este um serviço da maior importância e reconhecido, até, como de utilidade pública.

Palavras-chave

Albergaria; Cama; Estalagem; Hospital; Pernoitar; Viajante.

Abstract

One imperative need for any journey lasting longer than one day is to find accommodation where to spend the night. Medieval travellers of all social and economic backgrounds experienced this need often, given how slow the existing means of transportation were at the time. Therefore, there was a need for facilities dedicated to providing this service, and available for all purses, even the empty ones. This is why, particularly throughout the early Middle Ages, all sorts of establishments for traveller accommodation began to multiply: hospitals and shelters for those who had nothing; inns and lodges for those who could afford them. They all provided very basic conditions, but since the priority was to provide a bed under a roof, sheltered from the night's terrors, this service was paramount, and was even recognised as public service.

Keywords

Bed; Hospital; Inn; Overnight stay; Shelter; Traveller.

Artigo recebido em: 29.03.2021 | Artigo aprovado em: 14.09.2021

© *Fragmenta Historica* 9 (2021), (15-50). Reservados todos os direitos. ISSN 1647-6344

Viajar implica, por definição, abandonar a nossa casa, o lugar onde nos radicamos, os ambientes que nos são usuais, os familiares, os amigos que fomos fazendo ao longo da existência, mil pequenas coisas a que estamos habituados e que têm, também de mil maneiras, influenciado a nossa vida. Com muita ou pouca demora; com intenção de retornar ou, por vezes, sem essa perspectiva; de forma voluntária ou, em quantos casos, de maneira impositiva, venha essa imposição de onde vier; pelos mais variados motivos, agradáveis e voluntários, mas podendo também ser bem tristes e dramáticos, esse abandono traz sempre consequências da mais variada ordem. Uma das mais simples, mas talvez das mais óbvias, é a iniludível necessidade de procurar alojamento para passar a noite e poder repousar, restaurando forças para as actividades a desenvolver no dia seguinte.

Serão, pois, e apenas, as estruturas que a Idade Média colocava ao serviço do viajante – do viajante comum, rico ou pobre – que aqui estarão em análise.

I – VIAGENS E VIAJANTES

Já muito se reflectiu e escreveu sobre este tema tendo como quadro de análise a Idade Média, e sobretudo com enfoque nos últimos séculos deste período. Daí resultou claro que se viajava muito mais – e penso, de momento, apenas nos caminhos percorridos por terra – do que se poderia imaginar, dadas as precárias condições desses mesmos caminhos¹ e, talvez sobretudo, a morosidade dos meios de locomoção ao dispor da época. Com efeito, uma vez que sobre vias terrestres, por longas que fossem as distâncias a percorrer, elas eram vencidas, sempre e só, por cavaleiros e peões², muitas vezes por grupos mis-

tos de uns e outros³ e onde, naturalmente, quem impunha o ritmo da deslocação, só podiam ser os mais lentos, as viagens, mesmo a não muito longas distâncias, eram bastante demoradas, a implicar diversas paragens para pernoitar. É certo que homens e mulheres medievais eram excelentes andarilhos, o que análises osteológicas têm comprovado, ao revelar pernas longas e fortes, numa estrutura física condicionada para a marcha⁴ ou, talvez melhor, que a marcha condicionara. Não obstante, velocidades e caminhos percorridos, muito superiores, embora, àqueles que hoje poderíamos alcançar em igualdade de circunstâncias, não ultrapassavam as capacidades humanas, e essas eram limitadas. É certo que se têm encontrado, efectivamente praticadas, etapas muito longas, na ordem da centena de quilómetros e algo mais, quando todo o dia era passado na estrada⁵, no entanto, a par de outras bem mais modestas. Porque aquelas eram, em regra, excepcionais. No entanto, uma média de cinquenta a sessenta quilómetros para viagens de longo curso e que, na verdade,

que por vezes se designavam os caminhos por onde esses veículos podiam transitar – carreira, carril, até carril de carros – mostra isso mesmo (pode ver-se sobre o assunto, Iria Gonçalves, “Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, vol. V, coord. por Iria Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 169-170 e bibliografia aí apresentada). Mas esses eram utilizados sobretudo para o transporte de materiais ponderosos, nomeadamente produtos agrícolas, entre os agros e os locais de consumo ou comercialização.

³ Veja-se o que deixaram dito a este respeito Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar: arte y técnica del viaje en la Edad Media”, *IV Semana de Estudios Medievales*, Nájera, 2 al 6 Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logronho, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, p. 48; Elena Barrena Osorio, “Los caminos medievales y sus precedentes romanos”, *ib.*, p. 38; Iria Gonçalves, “Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas”, *Méda Aetas*, 2ª s., vol. 2, 2005-2006, p. 71, entre outros títulos.

⁴ Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, *cit.*, p. 48.

⁵ Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 161-162; Luis Serrano-Piedecabras Fernández, “Estella a Sevilla: un camino en 1352”, *Les communications dans la Péninsule Ibérique au Moyen Âge. Actes du Colloque de Pau*, 28-29 mars 1980, Paris, C.N.R.S., 1981, pp. 193-194; Juan Torres Fontes, “Un viaje a Valencia”, *Estampas de la vida murciana en la época de los Reyes Católicos*, 2.ª ed., Murcia, Academia Alfonso X, el Sabio, 1984, p. 63.

¹ Muito se tem escrito, e desde há tempo, sobre caminhos medievais. De momento lembrarei apenas que há já perto de quatro décadas, quando a abadia de Flaran realizou o seu segundo encontro científico, foi esse o tema escolhido para debate: *L'homme et la route en Europe occidentale au Moyen Âge et aux Temps Modernes*, Auch, 1982. Depois disso vários outros se realizaram, por vezes dedicados apenas à época medieval. Adiante referirei algumas características da rede viária medieval, quando isso se tornar pertinente, com as respectivas abonações.

² É certo que por caminhos medievais também circulavam carros, aqueles pesados, puxados por bois, mais lentos ainda do que qualquer peão. A própria nomenclatura com

passavam todo o dia em caminho, com apenas uma pausa, perto do fim da manhã, para jantar e retemperar forças⁶, era perfeitamente viável⁷. Ainda assim, mesmo que com destino próximo, mas sendo necessário realizar as tarefas exigidas pelo objectivo da viagem, é fácil perceber como seriam numerosas as ocasiões em que se tornava imperioso pernoitar fora de casa⁸.

Não obstante, as estradas medievais eram assiduamente transitadas. Por caminheiros com os mais diversos objectivos, sobre percursos longos ou curtos, com mais demora e vagar, ou com mais pressa e menos tempo disponível. E, sobretudo, interessando viageiros provenientes de todo e qualquer estrato social e económico, desde os grandes senhores, percorrendo os seus domínios – e neste caso, em primeiro lugar, os próprios soberanos, já apodados, precisamente por isso, de “transu-

mantes”⁹ – até os mais pobres dos pobres, que só podiam subsistir mendigando o sustento diário e precisando, assim, de deambular sem descanso de um para outro lugar, pelo que a nossa documentação os designa de “pedintes andantes”¹⁰.

Assim sendo, as condições em que cada um viajava eram muito diferentes, como diferentes eram, também, curtos e longos percursos.

Com largueza de fundos disponíveis tudo se tornava mais fácil, mas viajar na Idade Média, sobretudo a grandes distâncias, era muito caro¹¹. Por isso, transitar sobre caminhos medievais sem muitas dificuldades – que algumas sempre iam surgindo, aqui e ali – e usufruindo de um certo conforto durante a viagem, era benesse a que muito poucos tinham direito. Havia, para o comum dos caminheiros, que acomodar-se às possibilidades que em cada momento iam surgindo e moldar-se às circunstâncias. Todavia, em vista do que atrás ficou dito, aquilo a que nenhum viandante se podia furtar, salvo, naturalmente, os que se deslocavam apenas dentro de bem curtos raios, como era o caso, entre todos paradigmático, dos camponeses em direcção às suas terras de cultivo, à procura de alojamento para

⁶ É sabido como o jantar era a refeição mais importante, tomada cedo porque os afazeres do dia também começavam muito cedo e, em regra, nenhuma outra refeição a antecedia.

⁷ Podem ver-se, para lá dos trabalhos citados na nota 5: Yves Renouard, “Routes, étapes et vitesse de marche de France à Rome au XIII^e et au XIV^e siècle d’après les itinéraires d’Eudes Rigaud (1254) et de Barthélemy Bonis (1350)”, *Études d’histoire médiévale*, vol. II, Paris, S.E.V.P.E.N., 1968, pp. 693-695; Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp. 5-12; Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaca na primeira metade do século XV”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 193-194; José María Lacarra, “De Estella a Nájera”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, por Luis Vázquez de Parga, José María Lacarra e Juan Uría Riu, t. II, 2.^a reimp. da ed. facsimil da de 1948, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, p. 133; Luis Vázquez de Parga, “Itinerarios y relatos de viajeros”, *ib.*, t. I, pp. 212-214; Alain Demurger, “Les déplacements professionnels des agents du roi (vers 1380-vers 1410)”, *Voyages et voyageurs au Moyen Âge*, XXVI^e Congrès de la S. H. M. E. S. (Limoges, Aubézie, mai, 1995), Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 113-114; Humberto Baquero Moreno, “Caminhos e peregrinos a Santiago de Compostela”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. XV, 2000, p. 50.

⁸ Analisei os destinos demandados por diversos emissários, sobretudo caminheiros, que ao serviço do mosteiro de Alcobaca foram percorrendo, uns após outros, uma parte muito considerável do território português e verifiquei terem sido muito poucos e muito próximos aqueles destinos em que foi possível ir, realizar as tarefas necessárias e regressar no mesmo dia (Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaca”, cit., pp. 192-193).

⁹ Quem assim os apelidou foi Susana della Torre, “Noticias de viajes en la España cristiana medieval (siglos X a XIII)”, sep. de *Cuadernos de historia de España*, vol. XII, 1949, p. 77.

¹⁰ Eu própria já por mais de uma vez e há muito tempo me referi a este assunto, elencando diferentes categorias de viajantes, a prosseguirem os mais diversos objectivos: Iria Gonçalves, “Viajar na Idade Média: através da Península”, cit., pp. 157-158; ead., “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaca”, cit., pp. 177-178. Mas vejamos sobretudo: José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa medieval”, *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval*. XVIII Semana de estudios medievales. Estella, 22 a 26 de julio de 1991, Pamplona, Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, reimp. de 1999, pp. 19-37; id., “El hombre medieval como “Homo viator”: peregrinos y viajeros”, *IV Semana de estudios medievales*. Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, sobretudo pp. 12-23; Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., pp. 45-47; Maria Serena Mazzi, *In viaggio nel Medioevo*, Bolonha, Il Mulino, 2016, pp. 41-77.

¹¹ Elisa Ferreira Priegue, que muito tem trabalhado sobre estas questões de caminhos e caminheiros diz-nos isso mesmo num dos textos que dedicou ao assunto e em alínea que, sintomaticamente, intitulou: Dinero, dinero y dinero (Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., pp. 50-52).

pernoitar. Como é evidente, de acordo com as possibilidades, sobretudo económicas, de cada um.

Nem sempre era fácil encontrar um tecto sob o qual passar a noite, embora ao longo da Idade Média e principalmente nos seus últimos séculos, se tivessem multiplicado os estabelecimentos vocacionados para o acolhimento de viajantes. Era, no entanto, imperioso encontrar abrigo nocturno e algumas daquelas etapas mais longas que encontramos a serem percorridas por gentes medievais e hoje se nos afiguram impossíveis ou quase, eram-no, ao menos nos seus últimos troços, vencidas a marchas forçadas, na ânsia de encontrar ainda abertas as portas da próxima cidade ou vila, onde as possibilidades de encontrar abrigo eram, naturalmente, maiores do que em pleno campo.

Na verdade, se em todos os tempos, passar a noite no exterior foi associado a qualquer coisa de desagradável, talvez na Idade Média, e também em largos séculos que lhe sucederam, essa perspectiva fosse encarada de forma bem mais negativa do que o poderá ser na actualidade. Porque a noite era muito mais temível.

A noite medieval era negra, medonha. Mesmo dentro das povoações ela não tinha sido ainda domesticada por qualquer raio de luz que a cortasse¹². Passado que era o sino de colher, o qual percorria as ruas com o pregoeiro mandando que todos entrassem em casa e pusessem guarda ao fogo, na prevenção dos tão temíveis incêndios urbanos¹³, tudo recaía no silêncio. E na mais

completa escuridão. Escuridão que fora da cidade, no descampado, já tinha acontecido um pouco mais cedo, a não ser que a Lua tivesse ficado lá no alto, a lançar a sua claridade difusa sobre a Terra. Porém ela própria, a Lua, não era muito bem cotada nestes tempos medievais, pelo que a sua luminosidade também podia ser suspeita. E assim a noite, sem um resguardo, era sempre apavorante¹⁴. Porque o tempo nocturno, sendo, como era, o reinado das trevas, personificava, por assim dizer, o próprio Mal. Mesmo em épocas já bastante próximas de nós, mas em que a noite continuava a ostentar toda a sua negridão, ainda se repetia com muita seriedade: “a noite, Deus a temeu”¹⁵. E ela era, efectivamente, temida, e sobejavam razões para isso.

Os animais selvagens eram, sem dúvida, uma realidade muito presente. Lobos, javalis, cervos, alguns ursos ainda remanescentes na época aqui em análise, se não entravam numa cidade amuralhada, que trancava as suas portas ao anoitecer, podiam causar grandes danos e perigos nos seus arrabaldes abertos e sobretudo em campo raso¹⁶; a vagabundagem, parece ser inegável, recrudescera substancialmente, sobretudo a partir de meados do século XIV, com todos os malefícios a ela associados¹⁷. Naturalmente, as trevas nocturnas, dificultando ou mesmo impedindo a visão de qualquer perigo que se aproximasse, podia inutilizar uma defesa atempada e tornava os indivíduos mais vulneráveis. Todavia, o que principalmente tornava a noite temível, era a crença generalizada de que as trevas se povoavam de espíritos malignos, contra os quais era impossível lutar¹⁸. Só um abrigo bem sólido e a

¹² Sobre este aspecto é interessante notar que durante o período de perturbações várias que consigo trouxeram as guerras fernandinas e joaninas, e o surto de vagabundagem e turbulência que então se verificou, entre as acções programadas para um bom policiamento de Lisboa, ficou mandado que em cada freguesia os respectivos homens bons “fezessem cada huns em sua freeguesia em as Ruas que vissem que conpria teer candeas acesas per toda a noyte em guisa que as Ruas fossem alomeadas porque per esto os que tal fazem de noyte [os atropelos a que o documento se vinha a referir] se cavidariam de andar per a Çydade (documento de 1385, reproduzido fotograficamente e transcrito por Eduardo Nunes, *Álbum de paleografia portuguesa*, vol. I, Lisboa, 1969, doc. 33, pp. 40-41).

¹³ Em Lisboa, por exemplo, o sino de colher percorria as ruas da cidade entre as oito e as nove horas da noite durante o Inverno e entre as nove e as dez durante o Verão (Iria Gonçalves, “Na Ribeira de Lisboa nos finais da Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 74).

¹⁴ Elisa Ferreira Priegue (“Saber viajar”, cit., p. 62) fala em fobia de acampar no sereno e na angústia da hora do crepúsculo quando o alojamento não está perto.

¹⁵ Eu própria, nos meus tempos de criança, ouvi esta expressão ser pronunciada muito seriamente, por pessoas já mais idosas, em algumas aldeias da Beira Interior.

¹⁶ Sobre os lobos ficaram no imaginário popular, até muito próximo dos nossos dias, como animais perigosos e na verdade muito abundantes. Sobre a agressividade e perigosidade do lobo, sobretudo porque caça em grupo, pode ver-se Robert Delort, *Les animaux ont une histoire*, [Paris], Seuil, 1984, pp. 316-321.

¹⁷ Veja-se Humberto Baquero Moreno, “A vagabundagem nos finais da Idade Média portuguesa”, *Marginalidade e conflitos sociais nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1985, pp. 30-45.

¹⁸ Vejam-se, por exemplo: Jean Delumeau, *La peur en Occident (XV^e-XVIII^e siècles)*. Une cité assiégée, Paris, Fayard,

proximidade de outros seres humanos podiam mitigar todos estes temores.

Porém, sendo tão diferentes as condições de vida e de fortuna de quem viajava, como já atrás ficou lembrado, diferentes tinham de ser também as exigências postas na procura de local para pernoitar e no que era esperado encontrar nesse local.

Os grandes e poderosos tinham o direito de se aposentar onde desejassem e a documentação diz-nos, com copiosos exemplos, que o faziam com toda a desenvoltura, utilizando a casa alheia com todos os pertences que nela se encontravam e, em ocasiões, por dilatados tempos. Os atropelos a que este direito deu lugar durante toda a Idade Média e pelas épocas subsequentes foram objecto das mais variadas queixas, formuladas sobretudo em cortes, onde por diversas vezes foram apresentadas propostas de solução, todas elas mais ou menos inoperantes¹⁹. As

1978, pp. 87-97; Jean Verdon, *La nuit au Moyen Âge*, Paris, Perrin, 1994, pp. 13-88. Julio Valdeón Barquero explica, de certo modo, estes medos nocturnos imaginários, ao referir a profunda inserção do ser humano na Natureza, que caracteriza como “un mundo descarnado, de olores fuertes y de sabores penetrantes, inerte ante los contrastes del frío y del calor, pero a la vez paralizado cuando se extendía al manto de la noche” (Julio Valdeón Barquero, “Aspectos de la vida cotidiana en la Castilla de fines de la Edad Media”, *La vida cotidiana en la España medieval*, Actas del VI Curso de cultura medieval, celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 26 al 30 de Septiembre de 1994, Aguilar de Campoo – Madrid, Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 1988, p. 13).

¹⁹ Sobre os atropelos proporcionados pelo exercício do direito de aposentadoria já diversos investigadores se debruçaram, mas sobretudo Henrique da Gama Barros, *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., org. por Torquato de Sousa Soares, vol. V, Lisboa, Sá da Costa, s. d., pp. 208-223; Maria da Luz de Oliveira Barbosa Pereira de Barros, *Aposentadorias no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior (séculos XIV-XV)*, dissert. policopiada, Porto, Faculdade de Letras, 1995. Mas o testemunho mais contundente que conheço foi aquele que os procuradores de Lisboa levaram às cortes de 1439, onde escarpelizaram os males provenientes daquele direito. Vale a pena ser reproduzido. Diziam eles: “Senhor a principal cousa que em vossos Regnos acreçentam os pecados assy som as pousentadorias por aazo e ocasião das quaaes muytos boons e honrrados ssom desonrrados em estes Regnos E muytas ujgeens e horfaãs e ujuuas ssom llançadas em perdiçom E outros criam os filhos alheos por sseus e ficam herdeiros em sseus beens tanto senhor he o mal que desto sse segue publicamente em vossa terra contra os mandamentos e seruiço de deus

condições deste acolhimento obrigatório eram, necessariamente, muito diferentes de um para outro lugar. Mas são-nos desconhecidas, até porque o que chegou até nós foi apenas a voz das vítimas relatando atropelos vários. Não estarão aqui em análise.

Uma vasta gama de viajantes possuía algum numerário, muito ou pouco, que lhes permitia encontrar alojamento “por seus dinheiros”, na expressão tantas vezes utilizada pelas nossas fontes, e procurava uma estalagem ou mesmo uma venda onde pernoitar. Porém, boa parte dos caminhantes medievais lançava-se à estrada sem dinheiro ou com muito pouco. Eram os pedintes, os peregrinos pobres ou penitentes, que procuravam hospitais e albergarias, uns e outras vocacionados para os receber.

Serão estas estruturas, tanto as destinadas ao alojamento gratuito dos caminhantes, como as que se dirigiam aos viandantes que podiam pagar a sua estadia, que irão ser objecto da minha análise²⁰.

II – O ACOLHIMENTO CARITATIVO

1 – As estruturas: hospitais e albergarias

Uma das Obras de Misericórdia, bem estabelecidas e codificadas nos catecismos que a Idade Média nos legou – as sete corporais e as sete espirituais, herdeiras já da catequese patrística – manda “hospedar ao que ñ tem pousada”²¹ e

E em quebrantamento de nossa santa fe que ssoomente os pecados que por este aazo se fazem ssom abastantes pera senpre auermos pestenenças na terra e fame e pouca vitoria com os Imjigos E Jnposiuel seria poder sse dizer quanto mal desto auem” (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, org. e rev. geral por João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016, p. 297).

²⁰ Havia ainda um outro tipo de instituições caritativas cujo funcionamento nos é mostrado por alguma documentação, mas que, de momento, não analisarei: as mercearias, também designadas por hospitais e que por vezes têm sido tratadas como tal. No entanto a mercearia, no momento em que alguém nela era admitido transformava-se na sua casa, onde vivia, onde, inclusive, lhe era atribuída uma certa quantia em dinheiro que, aparentemente, podia gerir como entendesse. Saem, portanto, fora do âmbito deste trabalho.

²¹ Na formulação, como exemplo, de D. Diogo Ortiz, *O catecismo pequeno* de ..., bispo de Viseu, ed. por Elsa Maria Branco da Silva, Lisboa, 2001, p. 218.

S. Bento, o grande patriarca do Ocidente, entendia que a hospitalidade devia ser a primeira das virtudes monásticas, e assim o deixou expresso na sua Regra, mandando que ela fosse cultivada tanto por monges como por monjas²². Por isso, as primeiras estruturas de acolhimento caritativo surgiram nos mosteiros, abertas a todos quantos precisavam de um lugar onde passar a noite, de uma maneira especial aos pobres.

Ora pobres, na Idade Média, eram todos aqueles que sofriam uma qualquer carência, fosse ela permanente ou temporária²³. Assim sendo, todos os viajantes se inscreviam na categoria de pobres – com excepção, naturalmente, dos grandes e poderosos, que podiam sempre alojar-se onde quisessem²⁴. Todos os demais, porque longe de casa, careciam de um tecto onde se abrigar; porque longe da família e da vizinhança, se encontravam na situação de desenraizados e, portanto, próximos da marginalização social²⁵. A todos era devida a atenção da Igreja.

Assim, os primeiros hospitais – no sentido etimológico da palavra: lugar onde se pratica a hospitalidade – foram surgindo junto aos mosteiros ou mesmo nas suas próprias instalações, preocupação que foi depois sendo também assimilada por outros membros da Igreja, neste caso pelos seculares²⁶. Porém, a caridade era virtude a praticar por todos os cristãos e não só pelos que tinham consagrado a sua vida ao serviço de Deus. Oferecer pousada ao pobre e ao peregrino na própria casa era também dever do comum dos cristãos.

Com o decorrer dos tempos, com a intensificação das deslocções, com o aumento da pobreza e sobretudo com a crescente vagabundagem e a modificação do perfil do peregrino, quantas vezes obrigado ao caminho por penitência ou outra qualquer forma de imposição e a que se foram juntando diversos tipos de vagabundos e malfeitores, fenómenos que a Baixa Idade Média tão bem conheceu²⁷, a hospedagem doméstica, embora nunca tivesse terminado, foi-se tornan-

²² Veja-se Eliseo Sainz Ripa, “La atención a los hombres del camino en La Rioja”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, p. 137; Jean-Louis Goglin, *Les misérables dans l’Occident médiéval*, Paris, Seuil, 1976, p. 60, entre outros.

²³ Sobre o conceito de pobre na Idade Média veja-se sobretudo Michel Mollat, “La notion de pauvreté au Moyen Âge”, *Revue d’histoire de l’Église en France*, 1966, pp. 5-23; id., “Pauvres et assistés au Moyen Âge”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 14-21; id., *Les pauvres au Moyen Âge: étude sociale*, Paris, Hachette, 1978, pp. 9-21. Veja-se também Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média”, *Revista de história económica e social*, n.º 11, 1983, pp. 29-51; ead., *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989, pp. 13-20; Carmen López Alonso, *La pobreza en la España medieval: estudio histórico-social*, Madrid, Centro de Publicaciones, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986, p. 414.

²⁴ Haja em vista o exercício do direito de aposentadoria, atrás brevemente referido.

²⁵ A marginalização social conheceu na Idade Média muitas e diversas formas. Também já muitos investigadores se interessaram pelo assunto. Poderei citar, como mais próximo da vertente a que aqui me refiro Bronislaw Geremek, *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles*, trad. de Daniel Beauvois, [Paris], Flammarion, 1976, pp. 285-293; Nilda Guglielmi, “Modos de marginalidad en la Edad Media: extranjería, pobreza, enfermedad (a propósito de estatutos de hospitales y leproserías)”, *Marginalidad en la Edad Media*, Buenos Aires, 1986, pp. 25-45.

²⁶ Há muito que todos estes temas vêm sendo trabalhados. Vejam-se, entre muitos outros: Jean-Louis Goglin, *Les misérables dans l’Occident médiéval*, p. 154; Antonio Linage Conde, “Los peregrinos y su hospitalidad en la tradición monástica”, *I Congreso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 201-211; A. González Bueno, “El peregrino y su entorno sanitario en el camino de Santiago”, *ib.*, p. 164; José Marques, “A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”, sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II s., vol. VI, 1989, pp. 35-37; Luis Martínez García, “El albergue de los viajeros del hospedaje monástico a la posada urbana”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, p. 80; Iria Gonçalves e Maria de Fátima Botão, *Confrarias medievais da região de Alcanena*, vol. IV de *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos de Ferreira do Zêzere*, 1989, p. 14; Maria Alegria Fernandes Marques, “O clero – homens de oração e acção”, *Nova história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portucalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Presença, 1996, p. 245; Maria Serena Mazzi, *In viaggio nel Medioevo*, p. 120.

²⁷ Luis Martínez García, “El albergue de los viajeros”, cit., p. 80. Veja-se também José María Lacarra, “Protección jurídica del peregrino”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, pelo mesmo, Luis Vázquez de Parga e Juan Uría Riu, t. I, 2.^a reimp. da ed. facsímil da de 1948, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, p. 255.

do cada vez mais difícil e até perigosa. Para não descurar o cumprimento do preceito evangélico, mas para obstar a alguns graves inconvenientes que daí podiam surgir, foi-se multiplicando a criação de hospitais e albergarias por parte de leigos e foram essas que sobretudo pontuaram, durante a Baixa Idade Média, toda a Europa Ocidental²⁸.

Estes, quase sempre pequenos, estabelecimentos de assistência, foram aumentando em número por todo o lado, sobretudo a partir do século XII e devido, em grande parte, ao incremento das peregrinações religiosas²⁹, tendo conhecido a sua época de maior expansão na centúria seguinte³⁰. Sendo que se destinavam a apoiar viajantes que após um quase sempre longo dia de caminho precisavam de um lugar onde pudessem descansar e retemperar forças, esses estabelecimentos se, como é lógico, se encontravam, e por vezes

em avultado número, nas cidades e vilas, eram também frequentes ao longo das grandes vias de comunicação, e sobretudo nos seus pontos estratégicos³¹. Como exemplo pode citar-se Ponte de Lima, cuja ponte que lhe deu nome era um desses lugares, onde se tinham construído albergarias e hospitais “para os Romeus de Santiago em cujo camjinho e estrada a dicta uija esta”³². Mas também, porque aí eram muito necessários, nos sítios ermos, portanto inóspitos, nos desfiladeiros, junto dos locais de embarque para a travessia de rios, ali era comum edificarem-se estruturas de acolhimento³³. Fernando da Silva Correia cita mesmo, em concreto, os hospícios da Serra da Freita e de Albergaria das Cabras, onde repetidas vezes, principalmente de noite, devia soar uma buzina para orientar os caminhanes perdidos por entre aqueles fraguedos³⁴.

Como a generalidade dos investigadores tem reconhecido, estes estabelecimentos caritativos eram, na sua grande maioria, muito pequenos, bastando que pudessem oferecer, em diminuto espaço, uma ou duas camas, para serem reconhecidos como hospital ou albergaria. Tanto em Portugal como em qualquer outra parte, nesta Europa Ocidental em que nos integramos, estabelecimentos com três, quatro, cinco camas

²⁸ Para lá da bibliografia citada nas notas acima pode ver-se para Portugal, Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, [2.ª ed.], Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 277-278; id., “Hospitais pré-quincentistas: a lição da história”, sep. de *Imprensa médica*, ano IX, n.os 23 e 24, 1943, p. 10; id., “Uma reforma da assistência”, sep. de *Boletim da Maternidade Dr. Alfredo da Costa*, fasc. V, *Conferências e relatórios*, Lisboa, 1942, pp. 8-9; Iria Gonçalves, “Formas medievais de assistência num meio rural estremenho”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 59-60; Maria de Lurdes Rosa, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal*, dirig. por Carlos Moreira Azevedo, vol. I, *Formação e limites da Cristandade*, coord. por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. A. Rodrigues, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, p. 460.

²⁹ Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2004, p. 24; Iria Gonçalves e Maria de Fátima Botão, *Confrarias medievais da região de Alcanena*, cit., pp. 14-15; Jean Chelini e Henry Branthomme, *Les chemins de Dieu: histoire des pèlerinages chrétiens des origines a nos jours*, Paris, Hachette, 1982, p. 193; Pierre-André Sigal, *Les marcheurs de Dieu: pèlerinages et pèlerins au Moyen Âge*, Paris, Armand Colin, 1974, pp. 68-69.

³⁰ Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, pp. 182-183; José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 45; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*, Actas das 1.ªs Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 51-57; Gabriel Llobet, “Hospice”, *Dictionnaire du Moyen Âge. Histoire et société*, Paris, Albin Michel, 1997, p. 485.

³¹ Já muitos investigadores o repetiram. Vejam-se alguns deles: Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, cit., p. 52; Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, p. 24; Bernardo Vasconcelos e Sousa, “O crepúsculo da assistência medieval na Évora do século XV”, *D. Manuel e a sua época*, III Congresso histórico de Guimarães, 24 a 27 de Outubro de 2001, vol. II, *Igreja e assistência*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 353; Pierre-André Sigal, *Les marcheurs de Dieu*, p. 72; José Marques, “A assistência no Norte de Portugal”, cit., p. 37; Maria Emília Aniceto e Fernando Jasmins Pereira, “Assistência social caritativa. I Na Idade Média – 2”, *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, dirig. por António Banha de Andrade, vol. 1, Lisboa, Resistência, 1980, p. 643; Jean Chelini e Henry Branthomme, *Les chemins de Dieu*, p. 194; Ana Rita Rocha, “Inclusão ou exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval”, *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval*, ed. por Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva e Sara Prata, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2019, pp. 224-237.

³² *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, pp. 370-371.

³³ Veja-se a bibliografia citada nas notas anteriores.

³⁴ Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, p. 356.

eram muito comuns³⁵ e não faltam exemplos de casas particulares adaptadas a estas funções, em regra por vontade dos seus donos, testamentariamente expressa³⁶. O restrito número de camas correspondia, naturalmente, à pequenez de rendas com que os seus instituidores – por vezes um único indivíduo ou um casal, por vezes um colectivo organizado em confraria – as tinham conseguido dotar. Mas podia corresponder também ao exíguo espaço que o edifício em causa proporcionava e onde teria de existir, para além do dormitório, uma cozinha que, mínimos embora, oferecia alguns serviços, e por vezes a habitação do albergueiro³⁷. Havia, é certo, instituições com número de camas bastante maior e podendo até oferecer alojamento diferenciado, consoante se tratasse de pobres pedintes ou de hóspedes provenientes de estratos sociais mais elevados e a quem a documentação se refere com a designa-

ção de “homens honrados”³⁸. Estavam longe de serem essas as mais numerosas.

Pequenos e com diminutas rendas, rendas que se iam desgastando, por motivos vários, ao longo dos tempos, chegados ao século XV, nomeadamente à sua segunda metade, uma boa parte de hospitais e albergarias tinham-se tornado incapazes de desempenhar as funções para as quais tinham sido criados. As próprias cidades e vilas haviam disso consciência³⁹. Todavia eram os poderes centrais que mais alertados se encontravam para o problema e mais interessados estavam em encontrar solução, a qual passava por concentrar rendas e serviços, de modo a torná-los mais operantes. Até porque sabiam o que desde há bastante tempo estava a tentar-se em outras paragens. No entanto, também em Portugal o problema era sentido há muito e desde relativamente cedo se começaram a fazer diligências no sentido de rendibilizar os recursos existentes. Já em 1434 D. Duarte solicitava ao papa Inocêncio IV a incorporação dos hospitais de menores recursos em outros de mais folgadas rendas, uma vez que aquelas se tornavam inoperantes⁴⁰; em 1479 uma bula de Sisto IV permitia que o então príncipe D. João construísse um grande hospital em Lisboa – e seria o futuro hospital de Todos os Santos – onde se aglutinassem as rendas das demais instituições de assistência

³⁵ Podem ver-se, tanto para Portugal como para outras paragens: *Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira Marques et alii, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, doc. 829, pp. 377-378; *Chancelarias portuguesas. D. João I*, ed. por J. J. Alves Dias, vol. IV, t. 1 (1410-1425), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 218, pp. 146-148; Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de confrarias de homens bons alentejanos”, *Estudos medievais*, vol. 8, 1987, p. 66; Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 47; Gabriel Llobet, “Hospice”, cit., p. 485; Nicole Gonthier, *Lyon et ses pauvres au Moyen Âge (1350-1500)*, Lyon, l’Hermès, 1978, p. 147. Manuel Sílvio Alves Conde (*O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, pp. 46-47) apresenta quadros com o número de camas existentes em hospitais medievais portugueses. Muito poucas, em quase todos.

³⁶ Entre vários outros exemplos: *Chancelarias portuguesas. D. João I*, ed. por J. J. Alves Dias, vol. III, t. 3 (1402-1418), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, doc. 1175, pp. 225-226; *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, ed. por J. J. Alves Dias, vol. I, t. 2 (1435-1438), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, doc. 782, pp. 61-63.

³⁷ Encontram-se publicados os tombos das confrarias de Torres Novas e seu termo, algumas das quais sustentavam albergarias. Podem ver-se aí, como exemplo, as medidas de algumas delas: *Confrarias medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos*, transc. paleográfica de Leonor Damas Lopes, int. de Margarida Teodora Trindade, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2001, pp. 178-179, 399, 483, 526.

³⁸ Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, p. 355; António Cruz, “A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 338; Luis Martínez García, *La asistencia a los pobres en Burgos en la Edad Media: el hospital de Santa María La Real (1341-1500)*, Burgos, Diputación Provincial de Burgos, 1981, pp. 40-41.

³⁹ Nas cortes de 1498, a vila de Elvas fez saber que tinha quatro hospitais, mas eram muito pequenos e de muito pouca renda, pelo que pedia, a exemplo do que estava a fazer-se nas maiores cidades, que todos se juntassem num só (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, org. e rev. geral por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 387, 397).

⁴⁰ António Joaquim Dias Dinis, “O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no século XV”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, p. 362.

lisboetas, faculdade que uma outra bula, esta de Inocêncio VIII, datada de 1486, estendia a todo o reino⁴¹.

Estava constituída a legalidade necessária para a construção dos chamados grandes hospitais.

2 – O acolhimento

Hospitais e albergarias desempenhavam na Idade Média uma tríplice função. Recebiam pobres que não tinham onde pernoitar, os quais acolhiam durante uma ou duas noites, após o que eles teriam que procurar um outro lugar de dormida, recurso necessário para que a sua capacidade de acolhimento não ficasse bloqueada com toda a rapidez. Eram os “pedintes andantes”⁴², que durante o dia calcorreavam as ruas esmolando, após o que se deslocavam de um para outro albergue, de uma povoação para outra. Alguns teriam um casebre e uma família para que voltavam, outros não. Michel Mollat, que tanta atenção dedicou ao fenómeno da pobreza medieval, considera que os pobres eram os quase únicos utentes dos hospitais até uma época recente e que eles “y étaint vraiment chez soi”⁴³. Recebiam de igual modo os viajantes de passagem, nomeadamente os peregrinos em direcção a qualquer santuário. Esses ficavam uma noite, excepção feita a alguns dos últimos, que por vezes podiam ficar uma outra noite. Recebiam também os doentes, mas essa não era a verdadeira vocação das casas de assistência, que só começou a esboçar-se tardiamente, em Roma⁴⁴. Os doentes a quem aí se prestava a atenção possível eram os pobres, os caminhanes que adoeciam em trânsito por qualquer caminho. Esses podiam ficar durante mais algum tempo. Até que melhorassem ou morressem⁴⁵. E todas estas funções eram de-

sempenhadas indiferentemente ou quase, pelo menos até aos finais de Quatrocentos, tanto por hospitais como por albergarias⁴⁶.

Entre nós e não só, apenas com o advento dos chamados grandes hospitais se estabeleceu a diferença entre doentes e viandantes saudáveis. Aqueles passaram a beneficiar, ao menos em muitas destas casas, da presença de um físico que lhes prestava cuidados médicos, a serem assistidos em compartimentos diferenciados, a deitarem-se em camas mais bem guarnecidas e, naturalmente, a receberem alimentos. Os pobres continuaram a usufruir dos mesmos benefícios que anteriormente recebiam, prestados em espaços que passaram a ser designados por “casa dos pedintes andantes”⁴⁷. Se estes hospitais continuaram a disponibilizar as mesmas funções dos seus antecessores, elas começaram a ser exercidas separadamente e a prevalência passou para a função médica, para o tratamento de doentes.

Diferentes que eram estas instituições de acolhimento, mais ou menos quantiosas que eram as rendas ao dispor de cada uma delas, diversas eram também as condições ao dispor dos caminhanes. Não obstante, essas condições, para lá do mais importante – uma cama e protecção contra os terrores nocturnos – reduziam-se ao mínimo⁴⁸. E embora o conceito de conforto fos-

hospedaje en el camino de Santiago”, *El camino de Santiago y la sociedad medieval*. Actas de la reunión científica, Logroño, 12 a 23 de Abril de 1999, coord. por Javier García Turza, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2000, p. 105; id., “El albergue de los viajeros”, cit., p. 81; Carmen López Alonso, *La pobreza en la España medieval*, p. 407.

⁴⁶ Quase todos os investigadores que se têm interessado por este assunto reafirmam aquela ambivalência de funções expressa em muitos dos trabalhos citados em várias das notas anteriores e a que poderei acrescentar, por exemplo, Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”, *Confradías, gremios e solidariedades en la Europa medieval*. XIX Semana de estudios medievales. Estella, 20 a 24 de julio de 1992, Pamplona, Gobierno Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, p. 171.

⁴⁷ O que ficou expresso nos regimentos que em princípios do séc. XVI foram outorgados por D. Manuel a esses hospitais e que irei citando ao longo das seguintes páginas deste trabalho.

⁴⁸ A maioria dos investigadores tem-se limitado a anotar os pontos essenciais deste acolhimento, mas alguns outros, embora com brevidade, referiram-se a essas diferenças, como é o caso, entre outros, de Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, p. 182; José Marques, “A assistência no Norte de Por-

⁴¹ António Domingues de Sousa Costa, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”, *ib.*, pp. 301-303, 305-306.

⁴² Em França, numa expressão equivalente, eram designados por “pauvres passans et répassans” (Jean-Louis Goglin, *Les misérables dans l’Occident médiéval*, p. 158).

⁴³ Michel Mollat, *Les pauvres au Moyen Âge*, p. 178.

⁴⁴ William R. Cannon, *Histoire du Christianisme au Moyen Âge: de la chute de Rome à la chute de Constantinople*, trad. de S. M. Guillemain, Paris, Payot, 1961, p. 284.

⁴⁵ É já bem conhecida, e desde há muito, esta tríplice função hospitalar. Entre outros trabalhos poderei citar: José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 45; Luis Martínez García, “La hospitalidad y el

se, na época, assaz diferente daquele que é o nosso, hoje em dia⁴⁹, deixavam, por certo, muito a desejar. No entanto, quem procurava estas casas eram, em regra, os grandes necessitados a quem nada era pedido a não ser orações pelos benfeitores, o que também, espiritualmente, os beneficiava a eles próprios. Nada tinham por isso, a reclamar.

Na verdade, os serviços oferecidos eram mínimos e por pouco tempo. Na maior parte das casas o acolhimento seria apenas por uma noite, como já ficou dito⁵⁰, talvez partindo-se do princípio de que o viajante continuaria o seu caminho no dia seguinte e o pobre que esmolava na noite seguinte procuraria abrigo num outro hospital. Algumas casas, porém, ofereciam dormida por duas noites⁵¹, ou mesmo três⁵² e casos havia em que se salvaguardava estatutariamente que em ocasiões de mau tempo que não permitissem a jornada, ou de doença, esse período pudesse ser excedido. Não, porém, durante muito tempo, pois, como já atrás ficou dito, era necessário

tugal”, cit., p. 132; Luis Martínez García, “La hospitalidad y el hospedaje”, cit., p. 106.

⁴⁹ Sobre a noção de conforto na época aqui em análise podem ver-se, por exemplo: Danièle Alexandre-Bidon, “Le confort dans la maison médiévale. Une synthèse des données”, *Cadre de vie et manières d’habiter (XII^e-XVI^e siècle)*, dirig. pela mesma, Françoise Piponnier e Jean-Michel Poisson, Caen, Publications du CRAHM, 2006, pp. 129-144; Jean Fourastié e Françoise Fourastié, *Histoire du confort*, 3.^a ed., Paris, P.U.F., 1973, sobretudo pp. 14-15, 83.

⁵⁰ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* (em seguida designado por P. M. M.), coord. por José Pedro Paiva, vol. 3, *A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I*, dirig. por Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva, Lisboa, 2004, pp. 161-162; Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, pp. 487, 597; Iria Gonçalves, “Formas medievais de assistência”, cit., p. 60; Luis Martínez García, “El albergue de los viajeros”, cit., p. 81.

⁵¹ Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, p. 27; Maria Helena da Cruz Coelho, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos: o hospital novo”, *D. Manuel e a sua época*, III Congresso histórico de Guimarães, 24 a 27 de Outubro de 2001, vol. II, *Igreja e assistência*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 387.

⁵² P. M. M., vol. 3, p. 42 (hospital de S. Marcos de Braga); Amândio Jorge Morais Barros, *A confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, dissert. policop., Porto, 1991, p. 46. José Ángel García de Cortázar (“Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 45) fala em casas que permitiam a estadia por três dias durante o Verão e por cinco durante o Inverno.

obstar ao bloqueio dos hospitais. Tanto pela pequenez destes como pelo acréscimo de pobreza que os últimos tempos medievais conheceram. Algumas destas casas, ao menos as que estavam incorporadas nos grandes hospitais, ficavam mesmo fechadas durante o dia, após a saída daqueles que aí haviam pernoitado, para reabrirem apenas à hora da vinda de outros necessitados⁵³.

À chegada do pobre ou do peregrino, a maior parte destas instituições oferecia apenas água para beber à saciedade⁵⁴, lume, sal e uma candela para iluminação⁵⁵. Todavia algumas iam oferecendo outras dádivas: uns temperos mais, como azeite e vinagre⁵⁶, água quente e uma gamela ou alguidar para lavar os pés, um púcaro para beber água e ainda “camareiros”⁵⁷, não havendo “necessária”⁵⁸ e devendo aqueles ser mantidos limpos pelo responsável da casa⁵⁹.

Outras instituições, porém, ofereciam mais alguns serviços. A albergaria de Rocamador de Santarém, para lá das imprescindíveis camas – em número de seis – devia ter uma lâmpada que ficaria acesa durante a noite, uma campinha, um pote, dois púcaros, dois pentes, camareiros de barro e ainda duas tiras de pano de linho para os pobres limparem as mãos quando as lavavam⁶⁰,

⁵³ P. M. M., vol. 3, p. 103 (hospital de Todos os Santos de Lisboa); Maria Helena da Cruz Coelho, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos”, cit., p. 389.

⁵⁴ Talvez não fosse desprezível esta oferta, sabendo-se quantas vezes era imprópria a água que se consumia na Idade Média e quantos males daí resultavam.

⁵⁵ *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 829, p. 377; P. M. M., vol. 3, pp. 123, 161-162; Fernando da Silva Correia, *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, p. 182; José Marques, “A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal na Idade Média”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, p. 132; A. González Bueno, “El peregrino y su entorno sanitario en el camino de Santiago”, cit., p. 166; Maria Helena da Cruz Coelho, “As confrarias medievais portuguesas”, cit., p. 171; Iria Gonçalves, “Formas medievais de assistência”, cit., p. 66.

⁵⁶ Por exemplo: Maria Helena da Cruz Coelho, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos”, cit., p. 389.

⁵⁷ Isto é: vasos de noite.

⁵⁸ Que hoje designaríamos, embora impropriamente, por casas de banho.

⁵⁹ Isaías da Rosa Pereira, “O hospital do Espírito Santo da vila da Castanheira”, *Do tempo e da história*, vol. IV, Lisboa, 1971, p. 83.

⁶⁰ *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, ed. por João José Alves Dias, vol. I, t. 2 (1435-1438), Lisboa, Centro de Estu-

isto é, uma espécie de toalhas de mãos que entre nós se chamavam, à moda francesa, longueiras ou napeiras⁶¹ e que, como se mostra, por vezes, na iconografia, quando à mesa, se prendiam nas bordas pendentes da toalha, para o mesmo fim a que na albergaria eram destinadas. E o hospital de S. Marcos de Braga onde, aliás, se encontravam acomodações “ordenadas para pessoas honradas”, havia também, para “gente comum”, para lá das camas, naturalmente, toalhas de mesa, castiçais, vasos para comerem e beberem, tanto de pau como de barro, espetos, grelhas, trempes, púcaros, gamelas, infusas e tudo o mais que fosse necessário para a cozinha e para a mesa, de modo a que os pobres peregrinos não precisassem de ir procurar esses utensílios fora do hospital⁶². Isto é, devia existir aí uma cozinha bem equipada e uma mesa bem posta.

Os alimentos seriam, como era hábito, levados pelos utentes, algumas vezes já confeccionados e muitas outras ainda em cru, e para isso lá estaria a cozinha, com todos os apetrechos necessários para preparar qualquer receita.

No entanto, ainda havia umas quantas casas que ofereciam uma refeição à chegada do hóspede⁶³. Mas, ao menos a avaliar pelos regimentos dos hospitais de inícios de Quinhentos, já então não seriam muitas.

Todavia, o essencial era o abrigo e a cama, como já atrás ficou repetido, e esses existiam sempre, por muito frustes que um e a outra fossem. Aliás, também o eram em muitas e muitas habitações das famílias medievais.

O local de acolhimento podia ser apenas um pa-lheiro e a cama um montão de palha⁶⁴, mas tam-

bém assim o eram em diversas moradias familiares, sobretudo rurais, onde o celeiro, à noite, se transformava no dormitório dos rapazes da casa, que aí passavam a noite. Precisamente sobre montes de palha e enrolados em mantas⁶⁵, prática que em algumas aldeias mais recônditas chegou até perto dos nossos dias.

No entanto, mesmo subindo a qualidade, nem todas as camas, embora providas de colchão e roupa, repousavam sobre um leito, mas sim directamente sobre o chão ou, quando muito, apoiadas numa esteira ou sobre umas tábuas. Assim era, por exemplo, na albergaria instituída em 1437 no Sardoal, termo de Abrantes, onde a obrigatoriedade era tão somente de manter duas “camas de roupa”⁶⁶, do mesmo modo que em instituição congénere a cargo da confraria de S. Pedro de Torres Novas, onde apenas existia uma “cama de roupa”⁶⁷. Por sua vez, na albergaria do Espírito Santo do Vimieiro, aos pobres que aí chegavam, a par dos habituais água, fogo e lenha, fornecia-se “liteira”⁶⁸, isto é, a roupa da cama⁶⁹. Porém, também esta era uma situação corrente em muitos lares medievais e ainda posteriores, tanto em Portugal como fora

con los peregrinos e el hospedaje”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, pelo mesmo, Luis Vázquez de Parga e José María Lacarra, vol. I, 2.ª reimp. da ed. facsimil da de 1948, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, p. 328.

⁶⁵ Manuel Sílvia Alves Conde, “A casa”, *História da vida privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, *A Idade Média*, coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 72; Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval: que possibilidades de conforto?”, *Atas do II Encontro de história de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2019, p. 18.

⁶⁶ *Chancelarias portuguesas*. D. Duarte, vol. I, t. 2, doc. 782, pp. 61-63.

⁶⁷ *Confrarias medievais da região de Torres Novas*, p. 276.

⁶⁸ *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, *Antes da fundação das Misericórdias*, dir. por José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa e Saul António Gomes, Lisboa, 2003, p. 308. Veja-se também Manuel Sílvia Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, p. 45.

⁶⁹ Veja-se Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica de Mário Fiúza, vol. II, Porto, Civilização, 1966, p. 364 e também Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300)”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II série, vol. XIV, 1997, pp. 36-37.

dos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, doc. 832, pp. 119-120.

⁶¹ Iria Gonçalves, “A cozinha e a mesa em Loulé medieval nos seus utensílios de uso comum: o testemunho dos inventários de órfãos”, *Medievalista* [em linha], n.º 25, Jan.-Jun. 2018, p. 40.

⁶² *P. M. M.*, vol. 3, p. 43.

⁶³ *Ib.*, p. 149; José Marques, “A assistência no Norte de Portugal”, cit., p. 57; Iria Gonçalves, “Formas medievais de assistência”, cit., pp. 60, 66; Manuel Sílvia Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, p. 26; Luis Martínez García, “La hospitalidad y el hospedaje”, cit., pp. 107-108; Jacqueline Caille, *Hôpitaux et charité publique à Narbonne de la fin du XI^e siècle à la fin du XV^e siècle*, Toulouse, Privat, 1978, p. 107.

⁶⁴ José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 46; Juan Uría Riu, “La hospitalidad

das nossas fronteiras⁷⁰, pelo que perfeitamente aceitável por aqueles a quem era oferecida.

Naturalmente, em muitas destas casas havia leitos. Por um lado, alguns dos instituidores legavam, junto com os bens da dotação, o seu próprio leito e deixavam expresso quantos mais deveriam ser adquiridos; por outro, e sobretudo nas instituições de finais de Quatrocentos inícios de Quinhentos, queria-se que nas camas destinadas aos doentes houvesse o máximo de conforto possível e recebiam-se, inclusive, “pessoas honradas” – segundo a expressão da época – como era o caso, por exemplo, de alguns clérigos e religiosos. Por vezes referem-se mesmo, individualmente, camas e leitos⁷¹. Todavia, alguns destes últimos podiam ser muito primitivos, não passando de uma espécie de caixa de madeira que se enchia de palha, feno⁷², ou

outro material congénere, como, por exemplo, carqueja⁷³.

Todavia, o que, ontem como hoje, torna verdadeiramente confortável uma cama são os colchões e a roupa e, aí, as diferenças podiam ser importantes, variando não só de uma para outra destas instituições, mas também, dentro da mesma casa, de um para outro dos destinatários. Tratando-se dos pobres pedintes ela podia ser composta por um enxergão cheio de palha, ou sobre ele um almadrake cheio de lã⁷⁴, com um travesseiro ou almofada com o mesmo enchimento. Com ou sem lençóis, as restantes roupas podiam ser duas cobertas, ou apenas uma, mas acompanhada por uma manta do Alentejo⁷⁵. Todas estas peças eram de baixa qualidade: os lençóis, quando existiam, eram, em geral, de estopa e as cobertas de burel ou almáfega⁷⁶. O que não

⁷⁰ Vejam-se, como exemplos: Mário Jorge Barroca, “Mobi-liário”, *História da Arte em Portugal – O gótico*, pelo mesmo e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Lisboa, Presença, 2002, p. 292; Maria Serena Mazzi e Sergio Raveggi, *Gli uomini e le cose nelle campagne fiorentine del Quattrocento*, Florença, Olschki, 1983, p. 207; Philippe Contamine, “Les aménagements de l’espace privé XIV^e-XV^e siècle”, *Histoire de la vie privée*, dirig. por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 2, *De l’Europe féodale à la Renaissance*, dirig. por Georges Duby, Paris, Seuil, 1985, p. 493; Fernanda Olival, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, *História da vida privada em Portugal*, dirig. por José Mattoso, *A Idade Moderna*, coord. por Nuno Gonçalves Monteiro, Lisboa, Temas e Debates, 2010, p. 255; Juan Abellán Pérez, *El ajuar de las viviendas jerezanas en época de Isabel I de Castilla (1474-1504)*, Cadiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2011; Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., p. 19.

⁷¹ Assim no hospital de D. Gaião, em Santarém, onde deveria haver três camas com três leitos (*Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. IV, t. 1, doc. 218, pp. 146-148, referido por Manuela Santos Silva, “A assistência social na Idade Média: estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém”, *Estudos medievais*, vol. 8, 1987, p. 180); no hospital do Espírito Santo de Santarém, onde, em 1415 se mandavam colocar quatro colchões novos que enchessem os leitos que aí estavam, feitos de madeira (Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder*, p. 265); no hospital da confraria de S. Domingos de Guimarães, onde havia sete leitos e em cada um a sua cama (José Marques, “A confraria de S. Domingos de Guimarães”, sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II s., vol. 1, 1984, p. 35).

⁷² Geneviève D’Haucourt, *La vie au Moyen Âge*, 4.^a ed., Paris, P.U.F., 1957, pp. 28-29; Philippe Contamine, “Les aménagements de l’espace privé”, cit., p. 488; Danièle Alexandre-Bidon e Françoise Pignonier, “Mobilier civil et

intérieur domestique”, *Art et société en France au XV^e siècle*, dirig. por Christiane Prigent, Paris, Maisonneuve et Larose, 1999, p. 644.

⁷³ Na visitação de Novembro de 1518 ao hospital da confraria de Santa Maria da Vitória da Batalha, o visitador entendeu que nos leitos havia pouca carqueja, e velha (Saul António Gomes, *O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544)*, estudo histórico e transcrição documental, Leiria, 2002, p. 199; *Fontes históricas e artísticas do mosteiro e da vila da Batalha. Séculos XIV a XVII*, ed. por Saul António Gomes, vol. III (1501-1519), Lisboa, 2004, p. 427.

⁷⁴ Isto é, um colchão. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, vol. I, pp. 386-388; Xaime Varela Sieiro, *Léxico cotián na Alta Idade Media de Galicia: o enxoval*, A Coruña, Sada (A Coruña) Edicions do Castro, 2003, pp. 176-180.

⁷⁵ P. M. M., vol. 2, p. 447; vol. 3, pp. 103, 136, 161; *Regimento do hospital de Todos os Santos*, ed. por Fernando da Silva Correia, Lisboa, 1984 (facsimile da 1.^a ed. de 1946), p. 81; Saul António Gomes, *O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória*, p. 190; “Compromisso do hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor, sua fundadora, em 1512”, ed. por Fernando da Silva Correia, *O Instituto*, vol. 80, 1930, p. 117; “Charitatis Monumenta Historica. Regimento das capelas e hospitais”, ed. por Fernando da Silva Correia, sep. de *Boletim de assistência social*, 2.^a ano, n.^o 16, Junho de 1944, p. 166; Hermínia Vasconcelos Vilar, *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, doc. 4, p. 243.

⁷⁶ Tanto o burel como a almáfega eram panos de lã, por isso aconchegantes, embora leves, como roupa de cama. Mas eram ambos panos grosseiros e baratos, usados também para a confecção de vestuário, pelos grupos menos abonados. É certo que também os mais possidentes os poderiam usar, mas, nesse caso, como traje de luto (A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 6.^a ed., Lisboa, A Esfera dos

destoava daquilo que era praticado em casas de igual vocação fora das fronteiras portuguesas⁷⁷.

Em alguns hospitais, como atrás ficou dito, havia camas destinadas a doentes e a utilizadores com quem se queria – ou era necessário – usar de mais atenção e cuidados: as “pessoas honradas”. Nessas camas podiam colocar-se, sobre o enxergão, mais dois colchões cheios de lã: as almofadas – “enfrochadas em suas frochas” – podiam ser cheias de pena; os lençóis eram de linho e em algumas camas queria-se que esse linho fosse do mais delgado; alguns cobertores eram de importação – ditos de Tenby, de Irlanda, por exemplo – o que era revelador de melhor qualidade, o que, como é óbvio, os encarecia⁷⁸.

Em Lisboa, no hospital de Todos os Santos, as camas deviam ter cortinas, para correr quando necessário⁷⁹.

Era isto o que se queria. Era isto o que ficava estabelecido nos respectivos regimentos. Mas a roupa desgasta-se com o uso. Rompe-se. E a roupa, na Idade Média, era cara. Muito cara. Precisava de ser cuidada e possivelmente, em algumas destas casas ela seria cuidada. No hospital de Todos os Santos, por exemplo, onde trabalhava uma alfaiata, ela tinha o encargo de mudar os ramos dos lençóis, sempre que fosse necessário⁸⁰. Isto é, sendo os tecidos medievais, de uma maneira geral, estreitos, uma peça grande, como um lençol precisava de ser, era confeccionada pelo menos com duas larguras de pano, que se cosiam uma à outra, de alto a baixo. Sendo que as partes laterais se desgastavam sempre menos, era preciso, para o conservar em bom estado e evitar rasgões, passar a parte central para as laterais, quando aquela se encontrasse já puída. Isto é, descoser toda a costura e reconstituí-la a partir das orlas até en-

tão laterais. Tornava-se, este, um trabalho bastante demorado quando, como na Idade Média, era feito manualmente.

Porém, não se procederia assim em todas estas casas. O certo é que quando existem inventários, as peças encontradas nem sempre, ou quase nunca se ajustam a qualquer modelo. Poderei citar alguns exemplos. No hospital do Espírito Santo de Sesimbra havia, em 1516, quatro almofaques novos e quatro velhos, mas apenas três chumaços⁸¹ e um lençol⁸²; no da confraria de S. Domingos de Guimarães, nos finais do século XV arrolaram-se sete leitos cada um com sua cama e havia, efectivamente, várias peças de roupa, embora algumas já velhas, mas só existiam quatro lençóis, sendo três deles usados para tapar os defuntos⁸³; em 1405, no hospital do Espírito Santo de Santarém guardavam-se várias roupas de cama velhas e rotas, mantas em pedaços e outras que se dizia já não prestarem e que, na altura, foram deitadas fora⁸⁴. Em vista do cuidado com que na Idade Média se guardava todo o pedaço de tecido susceptível de utilização⁸⁵ – e basta lembrar aqueles pedaços de manta que foram arrolados – é porque aquela roupa já se encontrava mesmo irrecuperável em todas as suas partes.

O certo é que com peças, algumas delas usadas até ao fio, demasiado delgadas, mesmo enquan-

Livros, 2010, p. 256; Joana Sequeira, *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, Porto, Universidade do Porto, 2014, pp. 190, 201-202).

⁷⁷ Podem ver-se, entre muitos outros trabalhos: Juan Uría Riu, “La hospitalidad con los peregrinos”, cit., p. 327; Philippe Contamine, “Les aménagements de l’espace privé”, cit., p. 490; Luis Martínez García, *La asistencia a los pobres en Burgos*, p. 166; Jean Verdon, *La nuit au Moyen Âge*, pp. 191-192.

⁷⁸ Veja-se a bibliografia citada na nota 75.

⁷⁹ P. M. M., vol. 3, p. 103.

⁸⁰ *Ib.*, p. 104.

⁸¹ Os chumaços eram as nossas almofadas. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, vol. II, p. 99; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 106; Xaime Varela Sieiro, *Léxico cotián*, pp. 167-173; Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Roupas de cama e roupas do corpo”, cit., p. 41.

⁸² Manuel Sílvio Alves Conde, *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra*, p. 67.

⁸³ José Marques, “A confraria de S. Domingos de Guimarães”, cit., p. 35.

⁸⁴ Luís António Santos Nunes Mata, *Ser, ter e poder*, pp. 372-374.

⁸⁵ Trabalhando com uma documentação muito rica e volumosa, constituída principalmente por inventários dos recheios de casas particulares, Teresa Vinyoles diz-nos que, na Idade Média, a roupa se aproveitava ao máximo e nem um fio se deitava fora, dado que se encontravam em casas bastante ricas, entre anéis, roupas finas e outros objectos de valor, pedaços de toalhas velhas ou bocados de lençóis rotos (Teresa-Maria Vinyoles i Vidal, *La vida quotidiana a Barcelona vers 1400*, Barcelona, Fundació Salvador Vives Casajuana, 1985, p. 151). O mesmo acontecia em Portugal: Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., pp. 28-29.

to novas – haja em vista as mantas de almáfega e burel, atrás citadas, muito leves para roupa de cama – e ainda em pequeno número, nas noites de Inverno devia ser difícil aquecer realmente, sobretudo em casas medievais, mal calafetadas, com correntes de ar a infiltrarem-se por toda a parte. Valia talvez, nesta circunstância, ser hábito generalizado na época dormir acompanhado, mesmo que em trânsito por qualquer caminho e ao sabor do acaso que determinava como companheiro de cama, aquele desconhecido que, no momento, procurava dormida no mesmo local.

Na verdade, também nestas instituições, como nas casas particulares, as camas não eram individuais, o que todos os investigadores que alguma vez se dedicaram a este assunto têm comprovado, apontando, em geral, uma utilização por duas ou quatro pessoas e ainda mais⁸⁶. Podia mesmo acontecer, em algumas delas, que a recusa de aceitar um companheiro no leito fosse motivo suficiente para expulsão⁸⁷.

Entre nós, tanto quanto sei, nada se encontra, a este respeito, explicitamente indicado. Mas encontra-se, sim, para as estalagens, onde o serviço era pago e onde, portanto, os utilizadores tinham direito a fazer algumas exigências⁸⁸. Com maioria de razão, aqueles que nada pagavam teriam de sujeitar-se a condições, no mínimo, semelhantes. Aliás, na Idade Média, as camas podiam ser muito grandes⁸⁹ e algumas medidas de roupa

que podem ser rastreadas na documentação portuguesa referente a hospitais e albergarias apontam para peças muito largas, a sugerir o seu uso em camas igualmente bastante alargadas e podendo, por isso, acolher várias pessoas a um tempo.

A casa que melhor nos elucida sobre este ponto é o hospital da Batalha, onde, em determinada ocasião, se mandam adquirir seis cobertas de burel de sete varas cada uma⁹⁰ e quatro lençóis de linho grosso de oito varas cada um⁹¹. Ora, considerando a vara, como é consensual, equivalente a 1,10m⁹², encontramos perante longas quantidades de tecido, com o comprimento de 7,70m para cada manta e de 8,80m para cada lençol. Tratando-se de roupa de cama, estas medidas só fazem sentido considerando cada peça cortada em quatro partes que seriam depois cozidas umas às outras, lateralmente, obtendo-se roupas com o comprimento de 1,90m para as mantas e de 2,20m para os lençóis. A largura é um pouco mais difícil de obter.

Como já fiz em outra ocasião⁹³, considerando os teares domésticos que chegaram em laboração até aos nossos dias, a produzirem tecidos, sobretudo de linho, largos de setenta a oitenta centímetros, teríamos lençóis com largura entre 2,80m e 3,20m. Se, por analogia, atribuímos ao burel uma largura equivalente, teremos mantas com a mesma dimensão, apenas um pouco mais curtas, na medida em que não precisavam, como hoje em dia, de pano para fazerem dobra na cabeceira. Roupa consentânea com as grandes camas a que atrás me referi e também com os três e quatro cabe-

⁸⁶ Entre os trabalhos dedicados a estes assuntos, e cujos títulos podiam multiplicar-se por dezenas, podem ver-se, como exemplos: Luis Martínez García, “La hospitalidad y el hospedaje”, cit., p. 106; Jean Chelini e Henry Branthomme, *Les chemins de Dieu*, p. 194; Chiara Frugoni, *Vivre en famille au Moyen Âge*, trad. de Jérôme Savereux, Paris, Les Belles Lettres, 2018, p. 43; Geneviève D’Haucourt, *La vie au Moyen Âge*, p. 54; Robert Delort, *La vie au Moyen Âge*, 3ª ed., Paris, Seuil, 1982, p. 138; Philippe Contamine, “Les aménagements de l’espace privé”, cit., p. 494. Também a iconografia atesta, de forma exuberante, esta mesma situação.

⁸⁷ Pierre-André Sigal, *Les marcheurs de Dieu*, p. 74.

⁸⁸ Adiante voltarei a este assunto.

⁸⁹ Por exemplo: Robert Delort, *La vie au Moyen Âge*, p. 138; Chiara Frugoni, *Vivre en famille au Moyen Âge*, p. 43, entre vários outros autores. Charles-Marie de La Roncière (“La vie privée des notables toscans au seuil de la Renaissance”, *Histoire de la vie privée*, dirig. por Philippe Ariès e Georges Duby, t. 2, *De l’Europe féodale à la Renaissance*, dirig. por Georges Duby, Paris, Seuil, 1985, pp. 186, 189)

embora tratando-se de casas particulares, fala em grandes leitos, entre 1,70m e 3,5m, com uma maioria da ordem dos 2,90m.

⁹⁰ *Fontes históricas e artísticas do mosteiro e da vila da Batalha*, vol. III, p. 404; Saul António Gomes, *O livro do compromisso*, p. 190.

⁹¹ Fontes citadas na nota anterior, pp. 428 e 201, respectivamente.

⁹² Vejam-se Mário Jorge Barroca, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II s., vol. IX, 1992, pp. 53-85; Mário Viana, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas: o astil e as varas”, *Arquipélago. História*, 2ª s., vol. III, 1999, pp. 487-493.

⁹³ Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., p. 25.

çais, ou almofadas⁹⁴ com que cada uma delas contava⁹⁵.

É certo que nos compromissos dos hospitais de inícios de Quinhentos já se refere normalmente um cabeçal por cada cama⁹⁶, mas com a forma de travesseiro, como, por exemplo, no Hospital de Todos os Santos⁹⁷, a permitir, assim, uma utilização partilhada. Penso que talvez seja nesta aceção que o cabeçal deve ser, sobretudo, entendido, porque, ao mesmo tempo, se podem referir também almofadas⁹⁸. Ora, colocar almofada sobre travesseiro foi costume que chegou até bem perto dos nossos dias.

De qualquer modo, sendo, durante toda a Idade Média, muito pequenos os estabelecimentos de assistência; sendo os maiores, de inícios de Quinhentos, muito poucos – um apenas em cada uma das cidades mais importantes – e reservando um reduzido número de camas para pobres e peregrinos pouco abonados; sendo generalizado o costume da partilha do leito mesmo quando se dava hospedagem em camas particulares, as camas individuais que alguma documentação sugere não seriam realidade muito observável durante todo este período que tenho tentado analisar.

II – A HOSPEDAGEM REMUNERADA

1 – As estruturas: estalagens e vendas

Sendo, como atrás ficou lembrado, muito reduzida a velocidade de deslocação, aliás até época bastante próxima de nós, era comum, não só aos pedintes e aos peregrinos, mas a qualquer viajante, mesmo quando demandava destinos não muito alongados, pernoitar uma ou mais noites fora de casa. Quando a deslocação visava uma localidade não muito distante era talvez fácil encontrar familiares ou amigos que facilitavam alojamento em suas casas. As trocas de toda a

espécie, incluindo as recíprocas alianças matrimoniais, tão comuns entre povoações vizinhas, eram regra vulgarmente seguida, pelo que a família e os contactos se alargavam e dispersavam por circuitos mais ou menos vastos, de acordo com circunstâncias várias.

Não assim quando se procuravam longas distâncias. Não assim aí, onde o viajante era desconhecido, onde era “estrangeiro”⁹⁹. Este viandante, embora com algum poder aquisitivo, podia encontrar muitas dificuldades na procura de alojamento para passar a noite, e tanto mais quanto, com o decorrer dos tempos, as populações se foram tornando mais avessas a concedê-lo nas suas casas, muito embora este costume, desde longa data enraizado, como atrás ficou dito, nunca tivesse desaparecido, ao menos durante toda a época aqui em análise.

Até mesmo os alimentos, quer já confeccionados quer ainda em cru, eram frequentemente difíceis de encontrar à venda. Ao iniciar a jornada, o viajante apercebido e com alguma experiência munia-se de uns quantos víveres, ainda que fosse apenas de pão, vinho, queijo, azeitonas curtidas. Mas esse farnel não podia durar muito e, sobretudo se o caminho era longo, terminava muito antes do final da viagem.

Após um dia passado na estrada, quer fosse a caminhar sobre os seus pés – e estes eram a maioria dos viajantes – quer fosse montado sobre um cavalo, depois de, por vezes, muitos quilómetros percorridos, a necessidade de descanso e alimento era imperiosa. Imprescindível se tornava encontrar um local onde fosse possível satisfazer uma e outra daquelas exigências primárias.

Chegado a qualquer lugar habitado onde não existisse uma casa vocacionada para a prestação daqueles serviços ou, existindo, ela não se encontrasse suficientemente referenciada, havia que pedir aos juizes da terra que proporcionassem

⁹⁴ O cabeçal podia ser a almofada (A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 106), mas penso que também o travesseiro, como adiante referirei.

⁹⁵ *Fontes históricas e artísticas do mosteiro e da vila da Batalha*, vol. IV, 1520-1650, Lisboa, 2004, pp. 125-126; Saul António Gomes, *O livro do compromisso*, pp. 289-290.

⁹⁶ *P. M. M.*, vol. 3, pp. 122, 136, 161.

⁹⁷ *Ib.*, p. 18; *Regimento do Hospital de Todos os Santos*, p. 81.

⁹⁸ *P. M. M.*, vol. 3, pp. 103, 136. Veja-se também Jean Verdon, “Dormir au Moyen Âge”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, t. 72, fasc. 4, 1994, p. 754.

⁹⁹ A documentação que estou a compulsar, relacionada com a hospedagem paga, constantemente se refere a “estrangeiros”, a “gentes estrangeiras”. Não é possível que o conteúdo semântico deste termo seja o mesmo que actualmente lhe atribuímos, sobretudo tratando-se, como é o caso, de um país geograficamente periférico como é o caso de Portugal, e que embora nestes finais da Idade Média acolhesse, como é sabido, muitas gentes de outras nacionalidades, elas não poderiam, só por si, encher assim tão prolixamente a documentação. Penso que o sentido mais correcto será o de “desconhecido”.

ao forasteiro uma solução¹⁰⁰. Esta era, no primeiro caso, o alojamento numa casa particular, ou, quando menos, o empréstimo de alguma roupa para ajeitar cama em qualquer palheiro e algum pão e vinho que alguém quisesse e pudesse disponibilizar; no segundo caso mais facilmente se satisfazia o forasteiro, pois na terra todos sabiam onde se encontrava a estalagem ou venda local.

No entanto, a criação de hospedarias para este tipo de viajantes não foi fácil nem precoce. Noël Coulet, em trabalho que conta já várias décadas, mas não desmentido, data-as da segunda metade do século XII¹⁰¹, mas a desenvolverem-se apenas durante a centúria seguinte¹⁰². Portugal foi acompanhando este movimento europeu, pois sabe-se que pelo menos em meados do século XIII já existiam algumas hospedarias particulares em centros populacionais importantes¹⁰³ e que, a par delas, se encontravam também estalagens régias¹⁰⁴.

A implementação destas casas trouxe assinaláveis vantagens, sobretudo aos residentes em povoações que recebiam maior número de vi-

sitantes, o que veio, também, beneficiar a economia dessas localidades. Por outro lado, começou a ser visível que com a disponibilidade de alojamento aos viajantes, estranhos, e, por isso mesmo, olhados com desconfiança e que a maioria das famílias não queria deixar entrar em suas casas, aqueles estabelecimentos desempenhavam uma função de utilidade pública. Era justo o reconhecimento do facto. E a própria realza assim o entendeu, propondo-se conceder privilégios e isenções a quem se propusesse manter uma estalagem com todas as valências a ela inerentes¹⁰⁵.

A primeira carta de privilégio que pude conhecer, com data já da segunda metade do século XIII – 10 de Fevereiro de 1269 – concedia determinadas isenções aos moradores da Almedina de Coimbra, na condição de que não deixassem de aí residir, mantendo as suas casas como hospedarias¹⁰⁶. Embora para estas épocas mais recuadas as referências disponíveis sejam muito poucas, sabe-se que em outras cidades também já começavam a existir hospedarias¹⁰⁷. Seriam, no entanto, em pequeno número e bastante dispersas. Havia, é certo, como sempre, casas particulares que hospedavam forasteiros ocasionais “por seus dinheiros”, oferecendo, possivelmente, serviços semelhantes aos de uma estalagem, só que sem carácter de continuidade, a um pequeno número de hóspedes e, sobretudo, talvez não tivessem capacidade, ou ela fosse reduzida, para alojar montadas e eventuais azémolas transportando bagagens mais ou menos volumosas. Situação esta que continuou a vigorar até bem findada a Idade Média¹⁰⁸. E não só.

¹⁰⁰ Eram também eles que procediam ao aboletamento das comitivas régia e dos grandes senhores, nas suas deslocções (A. H. de Oliveira Marques, “A circulação e a troca de produtos”, *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325) Do condado portugalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Presença, 1996, p. 494). Era também esse o processo usado pelos viajantes estranhos ao local, quando lhes sucedia chegar já tarde, a horas de não poderem continuar caminho. Assim o vai lembrando, uma vez por outra, a documentação: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (que passarei a designar por A.N.T.T.), *Odiana*, Liv. 6, fól. 157; *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 2, doc. 900, p. 157; *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1441-1447*, org. e rev. geral por João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2017, pp. 503-504.

¹⁰¹ Noël Coulet, “Les hôtelleries en France et en Italie au Bas Moyen Âge”, *L’homme et la route en Europe Occidentale au Moyen Âge et aux Temps Modernes. Deuxièmes journées internationales d’histoire*, 20-22 septembre 1980, Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Auch, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1982, p. 186.

¹⁰² *Ib.*; Maria Serena Mazzi, *In viaggio nel Medioevo*, p. 119; José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 45.

¹⁰³ Henrique da Gama Barros, *Historia da administração pública em Portugal*, vol. V, pp. 106-107, 206-208.

¹⁰⁴ A. H. de Oliveira Marques, “A circulação e a troca de produtos”, cit., pp. 495-496.

¹⁰⁵ Há já algumas décadas abordei este assunto: Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 143-155.

¹⁰⁶ *Chancelaria de D. Afonso III*, ed. por Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, Liv. I, vol. 1, Coimbra, 2006, doc. 405, pp. 464-465. Foi resumida por Henrique da Gama Barros, *Historia da administração pública em Portugal*, vol. V, pp. 106-107.

¹⁰⁷ A. H. de Oliveira Marques, “A circulação e a troca de produtos”, cit., pp. 495-496.

¹⁰⁸ Há vários exemplos de famílias que já concediam alojamento a estranhos nas suas casas, mas querem oficializar o serviço, tornando-se estalajadeiros. Alguns exemplos em: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 8, fól. 172; Liv. 23, fól. 44v.º; Liv. 29, fól. 197v.º; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 11, fól. 120.

Entre nós foi apenas no século XV que se estabeleceu uma autêntica rede de estalagens, a interessar todo o País, embora de maneira desigual¹⁰⁹ e principalmente a partir da segunda metade da centúria¹¹⁰. Cronologia, aliás, condizente com o que se passava em outras paragens europeias¹¹¹.

Estas hospedarias, exploradas por particulares, com fins lucrativos, constituíam, sem dúvida, a imensa maioria dos estabelecimentos hoteleiros, mas importa não esquecer que também os concelhos e até grandes senhores estavam interessados no negócio. Aqueles, a juntar ao lucro que devia integrar-se nas receitas municipais, tinham em vista o apetrechamento da cidade com mais esta valência e o alijar de inconvenientes vários para toda a população, mas aos últimos interessava apenas o lucro. Tendo em vista que eles seriam obrigados a considerar os interesses do estalajadeiro aí em funções e que estes deviam ser os principais condicionantes para o estabelecimento da renda que iriam auferir, o seu interesse mostra que o negócio devia ser lucrativo.

As povoações, por iniciativa dos seus órgãos concelhios ou com o apoio destes a grupos de populares, não se poupavam a trabalhos para terem uma hospedaria condigna que os libertasse, ao menos até certo ponto, de aposentadorias gravosas. Assim, construíram estalagens de raiz¹¹², o

que, na época, não era habitual e não escondiam um certo orgulho no equipamento que possuíam ou queriam erguer. No Trancoso, diziam ser a sua estalagem de grande aposentadoria e onde bem poderiam caber cem bestas e com muitas camas onde largamente se aposentavam os caminhan-tes¹¹³; em Pinhel consideravam ter uma estalagem que era uma das boas casas da Beira¹¹⁴; em Torre de Moncorvo, onde chegavam por vezes alguns fidalgos com grandes equipagens, queriam fazer uma pousada onde pudesse acomodar-se qualquer senhor, ainda que levasse consigo vinte ou trinta escudeiros, com todas as suas bestas e fardagens¹¹⁵; os homens bons de Aljubarrota, porque a sua terra jazia em estrada estrada, precisavam de uma estalagem, o que seria “cousa honrosa pera a dicta vila”¹¹⁶.

De uma maneira geral, porém, a maioria das pousadas era composta por edifícios pequenos, com reduzido número de camas e nem sempre bem apetrechadas¹¹⁷. Em regra, constavam de uma casa comum que os proprietários acrescentavam, por vezes juntando dois edifícios contíguos e organizavam e mobilavam de acordo com o destino comercial que queriam dar-lhe, o que, de uma maneira geral, acontecia em toda a parte¹¹⁸. Segundo a documentação que chegou até nós, quando alguém queria estabelecer-se como estalajadeiro e pretendia obter o respectivo pri-

¹⁰⁹ Veja-se o mapa por mim elaborado há tempo, com base nas estalagens cujos proprietários ou aqueles que as exploravam por conta de outrem haviam obtido carta com o respectivo privilégio, em Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 150. Porém, àquelas que então pude encontrar devem considerar-se bastantes outras acrescentadas, cujos proprietários não teriam logrado obter o privilégio, ou cujo documento não tivesse chegado até nós, dado o consabido facto de que o conteúdo das chancelarias régias está longe de ter chegado integralmente até aos nossos dias.

¹¹⁰ Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 149. Veja-se também o que dizem A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, Presença, 1987, pp. 133-134 e José Marques, “A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”, cit., p. 40.

¹¹¹ Philippe Wolff (“Les hôtelleries toulousaines au Moyen Âge”, *Regards sur le Midi médiéval*, Toulouse, Privat, 1978, p. 94) diz-nos que a impressão colhida dos documentos é a de uma multiplicação de estalagens para o fim da primeira década do século XV.

¹¹² ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 18, fól. 23; *Beira*, Liv. 2, fól. 31v.º; *Estremadura*, Liv. 5, fól. 264; *Chancelarias portuguesas*. D. João I, vol. II, t. 2, doc. 900, p. 157; vol. IV,

t. 1, doc. 294, p. 181; *Chancelarias portuguesas*. D. Duarte, vol. I, t. 1, doc. 476, pp. 252-253; *Cortes portuguesas*. *Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I (1367-1380), ed. por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 71.

¹¹³ *Cortes portuguesas*. *Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 550.

¹¹⁴ *Cortes portuguesas*. *Reinado de D. Afonso V*. *Cortes de 1439*, p. 365.

¹¹⁵ *Ib.*, pp. 440-441.

¹¹⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 27, fól. 150; *Estremadura*, Liv. 10, fól. 66.

¹¹⁷ Por exemplo em Vilar Torpim, termo de Castelo Rodrigo (hoje concelho de Figueira de Castelo Rodrigo) a estalagem concelhia era muito pobre e sem roupa e nela, as “pessoas caminhan-tes nom achauam gasalhado nem em que pousar” (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 29, fól. 260-260v.º).

¹¹⁸ Vejam-se, entre vários outros trabalhos: Philippe Wolff, “Les hôtelleries toulousaines au Moyen Âge”, cit., p. 98; Noël Coulet, “Les hôtelleries en France et en Italie”, cit., p. 193; José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 44.

vilégio¹¹⁹, o mais comum, dirigindo-se ao monarca, era dizer que “fazia e acrescentava” em umas suas casas para nelas fazer estalagem¹²⁰, podendo mesmo explicitar-se que se tratava da própria residência¹²¹.

Mas também há casos em que os edifícios eram construídos de raiz para neles se estabelecer o negócio¹²², ou eram considerados, os já existentes, suficientemente espaçosos para acolherem as funções inerentes a uma hospedaria¹²³. Por vezes frisava-se mesmo tratar-se de casas grandes¹²⁴ ou boas¹²⁵.

O que sobretudo obrigava ao alargamento das instalações, quando nelas se queria estabelecer uma hospedaria, era a indispensabilidade de um grande estábulo onde alojar as montadas e os animais de carga, os quais, tanto quanto os homens que os conduziam, necessitavam de sítio apropriado para passar a noite. E é sabido como podiam, por vezes, juntar-se em número bem avultado no mesmo local. Por um lado, tratando-se de qualquer figura de destaque na sociedade, as suas viagens implicavam sempre um séquito

mais ou menos alargado, mas em regra numeroso, onde se contavam sempre as respectivas montadas – mesmo que nem todos os elementos do grupo usufruíssem desse meio de locomoção¹²⁶ – e diversas mulas que transportavam as bagagens; por outro lado é também sabido que os almocreves, na sua actividade transportadora, viajavam, de preferência, em grupo, acompanhando a respectiva récu de azémolas. Aliás as viagens, na época, eram suficientemente difíceis e até perigosas para se procurar, sempre que possível, viajar em grupo, de modo a poder contar-se com ajuda quando isso se tornasse necessário. Assim, a maior parte dos “acrescentos” que as fontes portuguesas documentam nestes edifícios tinham principalmente a ver com os estábulos¹²⁷. Noël Coulet diz-nos que em Roma era corrente eles terem uma capacidade para vinte ou trinta cavalos¹²⁸. Assim, não admira que os homens bons do Trancoso, como já atrás ficou dito, apreciassem a mais-valia que representava para a povoação a sua estalagem onde cabiam cem bestas e havia muitas camas. E é curioso verificar que publicitando essa mais-valia, a acomodação para os animais vinha em primeiro lugar, antes daquela outra destinada aos homens¹²⁹.

A não sofrerem de algum exagero os dizeres trancosenses, esta pousada beirã devia ser uma das maiores do País. Quando, por exemplo, os homens bons das Alcáçovas entenderam que precisavam de ter uma estalagem para todos os estrangeiros e quaisquer outras pessoas nela poderem pousar, o que implicava ter alguma qualidade e dimensão, na medida de que podia vir a receber hóspedes de estatuto social e económico elevado e, portanto, com exigências elevadas também, apenas consideravam suficiente ter alojamento para dez ou quinze bestas¹³⁰.

De resto, poucas seriam as estalagens capazes de albergarem um grande número de homens e animais. Sabendo-se como a casa medieval da gente

¹¹⁹ Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., pp. 143-151.

¹²⁰ Contam-se por mais de uma centena e meia os casos em que o pedido de privilégio se estriba neste argumento. Apenas como exemplo, poderei indicar: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 2, fól. 52v.º, 66v.º; Liv. 5, fól. 46, 54v.º; Liv. 9, fól. 39v.º, 41, 82, 146; Liv. 15, fól. 2v.º, 86, 109v.º; Liv. 16, fól. 48; Liv. 17, 59v.º; Liv. 20, fól. 48v.º; Liv. 25, fól. 57; Liv. 30, fól. 67; Liv. 35, fól. 36, 101; Liv. 38, fól. 5; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 4, fól. 9v.º, 12; Liv. 5, fól. 64; Liv. 7, fól. 6, 111v.º, 136v.º; Liv. 9, fól. 23, 74, 99; Liv. 10, fól. 89v.º; Liv. 13, fól. 26v.º, 34; Liv. 17, fól. 26, 52v.º, 106; Liv. 22, fól. 9v.º, 116v.º; Liv. 27, fól. 70; *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 12, fól. 41-42; Liv. 28, fól. 40, 58v.º; Liv. 30, fól. 103; Liv. 40, fól. 39v.º-40; Liv. 46, fól. 63.

¹²¹ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Liv. 2, fól. 161v.º.

¹²² São relativamente abundantes estes casos. Podem ver-se alguns exemplos em: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 3, fól. 88v.º; Liv. 5, fól. 28v.º; Liv. 10, fól. 68v.º; Liv. 14, fól. 6v.º; Liv. 26, fól. 97; Liv. 31, fól. 19, 141v.º; Liv. 32, fól. 29v.º; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 3, fól. 6v.º, 100; Liv. 8, fól. 81v.º; Liv. 14, fól. 39-39v.º; Liv. 20, fól. 83v.º; Liv. 25, fól. 41v.º, 64v.º; *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 16; fól. 74v.º.

¹²³ Por exemplo: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 1, fól. 44; Liv. 3, fól. 5v.º; Liv. 7, fól. 30; Liv. 36, fól. 9v.º; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 1, fól. 112; Liv. 4, fól. 10v.º, 42; Liv. 16, fól. 89; Liv. 24, fól. 120v.º; *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 36, fól. 9v.º; Liv. 43, fól. 62v.º.

¹²⁴ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 20, fól. 83v.º.

¹²⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 28, fól. 31v.º; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 12, fól. 170; Liv. 19, fól. 35.

¹²⁶ Os grupos mistos, de cavaleiros e peões, eram comuns nas estradas medievais. Veja-se o que atrás ficou dito.

¹²⁷ Assim consideram também Philippe Wolff, “Les hôtelleries toulousaines”, cit., p. 98 e Noël Coulet, “Les hôtelleries en France et en Italie”, cit., p. 193.

¹²⁸ Noël Coulet, *ob. cit.* na nota anterior, p. 194.

¹²⁹ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 550.

¹³⁰ *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, vol. III, doc. 415, pp. 283-285.

comum era pequena; como era, naturalmente, gente comum que se propunha gerir um negócio de hotelaria na sua própria habitação; como o alargamento desta se destinava sobretudo ao estábulo onde teria também que acomodar-se um armazém para forragens destinadas à alimentação dos animais, o espaço dedicado à utilização pelos hóspedes não podia ser muito alargado.

Imprescindíveis neste alojamento de pessoas eram uma cozinha onde se preparavam os alimentos, uma sala onde se tomavam as refeições – que, no entanto, podia formar uma peça única com a cozinha, à semelhança do que se passava em numerosas casas particulares – e os locais de dormida, nunca, ou, pelo menos, raramente individuais, isto é, apenas com um só leito e que, nas pousadas mais humildes, podiam reduzir-se a um dormitório onde as camas se alinhavam, estreitamente unidas, junto às paredes, a exemplo, aliás, do que a iconografia, por vezes, nos mostra¹³¹.

Naturalmente, como sempre e em todo o lado, nem todas as pousadas ofereciam serviços de igual qualidade e quando se tratava de agasalhar hóspedes de elevada condição, era necessário fazer uma escolha criteriosa. Quando, por exemplo, em determinada ocasião foi necessário receber no Porto um cavaleiro do duque de Borgonha que até aí jornadeara com o seu séquito, foi reunidos em vereação que os homens bons da cidade discutiram o assunto e concordaram que a melhor era a do Anjo, “da qual ele se contentou”¹³².

Todavia também na mesma pousada as condições podiam variar de acordo com o estatuto de quem procurava alojamento, como adiante referirei.

Estruturas mais modestas, mas prestando serviços de certo modo semelhantes às pousadas eram as vendas, esses estabelecimentos humildes com uma história muito longa, no dizer de Carlos Alberto Ferreira de Almeida¹³³. A avaliar

pelo rasto que deixaram na documentação não deveriam ser muitas aquelas que existiram entre nós¹³⁴. Talvez porque algumas se iam transformando em pousadas e foi já nessa condição que chegaram ao nosso conhecimento¹³⁵.

2 – A localização

Serviço destinado a forasteiros, em princípio desconhecedores da topografia que pisavam, estalagens e vendas deveriam localizar-se em lugares de grande trânsito, em nós de circulação, em locais estratégicos onde pudessem ser mais úteis aos caminhantes, como, aliás, acontecia com hospitais e albergarias, a que atrás ficou feita referência. Dentro das povoações convinha também que se localizassem em lugares centrais e facilmente acessíveis, como era o caso da principal praça da vila¹³⁶. Para mais facilmente poderem ser encontradas, uma insígnia com o respectivo nome costumava ser colocada sobre a porta, a encaminhar os forasteiros, hábito generalizado em toda a parte¹³⁷ e também entre nós¹³⁸. Podendo albergar pessoas de estatuto social elevado, não convinha que tais visitantes precisassem de andar pelas ruas, de noite ou de dia, buscando

já em outra ocasião me referi a estas casas: Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., pp. 147-148.

¹³⁴ Por exemplo: ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 25, fól. 88v.º; *Além Douro*, Liv. 1, fól. 94-94v.º; Liv. 3, fól. 283-283v.º; *Estremadura*, Liv. 4, fól. 26v.º; Liv. 11, fól. 57v.º-58; *Odiana*, Liv. 3, fól. 85v.º-86; Liv. 4, fól. 101v.º-102; Liv. 6, fól. 279v.º-280.

¹³⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 13, fól. 169v.º; *Chancelaria de D. João III*, Liv. 1, fól. 59v.º.

¹³⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 8, fól. 129; Liv. 25, fól. 20; *Chancelarias portuguesas*. D. Duarte, ed. por J. J. Alves Dias, vol. III (1433-1435), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, doc. 415, pp. 283-285.

¹³⁷ Diversos investigadores se referiram já ao assunto. Veja-se, como exemplo, José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 44.

¹³⁸ Já atrás ficou referida a estalagem portuense do Anjo. No arrabalde de Pinhel, em 1471, existia uma outra pousada “que sse chama de bernalldo”, por certo o nome do proprietário (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 16, fól. 54). Em 1468 existiam, em Lisboa, duas casas, por certo conjuntas, na Praça da Palha, a que chamavam “Estalagem da Égua” (*ib.*, Liv. 8, fól. 39; *Estremadura*, Liv. 5, fól. 52-53). Foram os únicos casos que, para já, pude encontrar. Mas comprovativos da vigência, também em Portugal, de um costume assaz generalizado em toda a Europa.

¹³¹ Também assim acontecia, em outras regiões, na generalidade das pousadas: Philippe Wolff, “Les hôtelleries toulousaines”, cit., p. 98; José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 44; Noël Coulet, “Les hôtelleries en France et en Italie”, cit., p. 194.

¹³² “Vereações”: 1431-1432, Livro 1, leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, 1985, pp. 30-31.

¹³³ Que este investigador entronca nas “tabernas” romanas (Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais. I – Entre-Douro-e-Minho*, dissert. policopiada, Porto, Faculdade de Letras, 1968, p. 71 e nota 97). Eu própria também

pousadas, viandas ou mantimentos, como, em determinada altura, ficou registado¹³⁹.

Em primeiro lugar convinha que a pousada se instalasse em local onde se recebessem, de preferência como destino, mas também em trânsito, muitos forasteiros. Assim, eram as cidades e vilas mais importantes que viam erguer-se, entre a sua trama viária, ou até nas suas imediações¹⁴⁰, maior número de hospedarias¹⁴¹ e sobretudo se fossem pontos de passagem mais ou menos obrigatórios para numerosos destinos. Assim, muitos estalajadeiros ou aspirantes a sê-lo, era esse o principal argumento que esgrimiam na hora de impetrar o respectivo privilégio: a sua casa encontrava-se em lugar de “grande estrada”, ou “muito caminheiro”, exibindo-se os locais para onde essas vias se dirigiam, sobretudo se fossem vários ou demandando cidades importantes¹⁴². Condição também aceite como justificativa era a inexistência ou insuficiência de tal equipamento no local onde se pretendia estabelecer o negócio, como ainda o facto de se tratar de um lugar ermo¹⁴³ ou frio¹⁴⁴ e onde,

portanto, os caminheiros mais precisavam de agasalho.

Acarinhados precisavam de ser também os peregrinos que se dirigiam a quaisquer santuários, muitos dos quais podiam pagar as suas estadias, pelo que não se dirigiam aos hospitais. Ora, alguns desses santuários situavam-se em lugares ermos. Assim acontecia com o de Santa Maria das Virtudes, em Aveiras de Baixo, no actual concelho da Azambuja¹⁴⁵, onde, em 1474, não morava qualquer leigo que proporcionasse aos romeiros mantimento e agasalho, “por seus dinheiros”. Foram então agraciados com privilégio três homens que aí quisessem prestar aquele serviço¹⁴⁶. Em 1479 eram já seis os que aí viviam e aí desenvolviam o negócio¹⁴⁷.

Mas peregrinação por excelência era, na época, e sobretudo na nossa península, a de Santiago de Compostela.

Embora a documentação portuguesa não seja, a este respeito, muito volumosa nem muito prolixa, já proporcionou diversos trabalhos de investigação, a provar que eram numerosos e bastante ramificados os caminhos portugueses que aí podiam conduzir e transitados por peregrinos provenientes de bem diversas paragens¹⁴⁸. Talvez o mais completo em termos do traçado de caminhos seja devido a Humberto Baquero Moreno, onde o autor desenhou um mapa que mostra o território português sulcado de caminhos conducentes a Compostela, mas onde apenas marca

¹³⁹ Maria Cristina PIMENTA, “Uma estalagem da Ordem de Avis”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais*, n.º 6, Maio, 1997, pp. 2-7.

¹⁴⁰ Por vezes, uma pousada nas imediações de qualquer cidade amuralhada revestia-se de enorme importância, quando o viajante retardatário, chegado já após o fecho das portas da muralha, se via em grandes dificuldades para encontrar alojamento. Não terão sido poucos os que, em tais circunstâncias, se viram na contingência de dormir a céu aberto, com toda a multidão de perigos, reais e imaginários, a que atrás foi feita referência, rondando à sua volta.

¹⁴¹ Curiosamente, foi mesmo nas cidades e vilas mais importantes que os estalajadeiros não tiveram a preocupação de obter o respectivo privilégio (Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 151). Sabe-se, no entanto, que aí, elas se multiplicavam, como é natural, embora algumas pudessem ser muito pequenas.

¹⁴² Foi esse um dos argumentos maior número de vezes valorizado pelos estalajadeiros na hora de impetrar o respectivo privilégio. Vejam-se alguns exemplos em: ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 3, fól. 74; Liv. 7, fól. 24-24v.º; Liv. 8, fól. 172; Liv. 16, fól. 48; Liv. 17, fól. 59v.º; Liv. 25, fól. 80v.º, 260-260v.º; *Chancelaria de D. João II*, Liv. 10, fól. 3; *Além Douro*, Liv. 3, fól. 33v.º; Liv. 4, fól. 104v.º-105; *Estremadura*, Liv. 5, fól. 289v.º-290.

¹⁴³ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 29, fól. 270; *Além Douro*, Liv. 3, fól. 283-283v.º. O caso foi mesmo levado a cortes, em 1498, onde integrou o rol dos capítulos gerais do povo (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 128).

¹⁴⁴ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 29, fól. 270; *Além Douro*, Liv. 3, fól. 133v.º.

¹⁴⁵ Américo COSTA, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular. Hydrographico. Historico. Orographico. Biographico. Archeologico. Heraldico. Etymologico*, pref. por José Joaquim Nunes, vol. II, Porto, Civilização, 1930, pp. 1056-1057.

¹⁴⁶ ANTT, *Estremadura*, Liv. 4, fól. 26v.º.

¹⁴⁷ ANTT, *Estremadura*, Liv. 6, fól. 171.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Vias medievais*, p. 78; Paolo G. Caucci von Saucken, “La via lusitana en los relatos de los peregrinos italianos”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 245-249, mas sobretudo Humberto Baquero Moreno, “Caminhos e peregrinos a Santiago de Compostela”, cit., pp. 41-52; id., “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. III, 1986, pp. 77-89; id., “As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 75-83.

uma entrada na fronteira leste, por Castelo de Vide, que depois seguiria por Nisa, Castelo Branco, Viseu, Vila Real, Chaves, para daí atingir Ourense¹⁴⁹. Talvez existisse uma outra entrada, mais importante, frequentada por peregrinos de Santiago e, naturalmente, por outros caminhanes, mais a Norte, por Riba Côa.

Se se atentar num mapa que há já vários anos elaborarei, com a localização de estalagens e vendas que haviam sido agraciadas com privilégio, para lá da esperada concentração destas casas nas regiões em que mais se adensava o povoamento¹⁵⁰, uma mancha mais compacta, desenhando uma espécie de arco de círculo a partir de Riba Côa na direcção da Guarda, Viseu, Guimarães, Ponte de Lima, Valença do Minho, é perfeitamente notória¹⁵¹. Aliás em Vilar Torpim, uma pequena aldeia do termo de Castelo Rodrigo¹⁵², pude verificar que existiam quatro estalagens munidas do respectivo privilégio e aí se dizia que o lugar era de grande estrada para Castela e outras partes¹⁵³. Quando realizava aquele trabalho, verifiquei que alguns residentes, ao tempo já muito idosos, guardavam a lembrança de que por aqueles sítios passava uma estrada a que chamavam “caminho francês”.

Talvez a partir do século XI, quando se fixou a rota que, partindo dos Pirenéus se dirigia a Santiago de Compostela¹⁵⁴ ou um pouco mais tarde, começou a ser aplicada a esse percurso a denominação de “caminho francês”, ou outra equivalente¹⁵⁵, sem dúvida porque provindo de França

e sendo por certo, a maioria dos peregrinos que por ela transitavam a demandar o túmulo do Apóstolo, de origem francesa. Aparentemente não faz muito sentido que a mesma designação se aplicasse a uma via com entrada em Portugal pela fronteira ribacudana, mas não deixa de ser interessante verificar que essa via se encontrava, ao menos no século XV, densamente povoada de estalagens, na sua grande maioria situadas em pequenas aldeias ou até fora de qualquer aglomerado populacional, mas à beira da estrada, e a nitidamente desenharem, como atrás ficou dito, uma mancha na direcção de Valença do Minho, vila de onde partia uma estrada, “caminho de Santiago”¹⁵⁶.

Talvez por aquela fronteira beirã entrassem muitos peregrinos que se fossem deslocando do caminho mais directo na demanda de outros santuários, a partir dos quais aquela via se apresentasse como um percurso lógico para chegar a Compostela.

Talvez juntando estas e outras parcas referências, elas se possam tornar de alguma forma significantes. É que, tão grande concentração de hospedarias, só possível com uma igualmente grande concorrência de forasteiros e a desenharem, por assim dizer, um caminho não conducente a qualquer outro ponto justificativo de grande afluência de visitantes, não pode considerar-se gratuito.

3 – O acolhimento

Ontem como hoje, o serviço mais importante a prestar por qualquer estabelecimento hoteleiro é o da dormida numa cama em recinto fechado, logo protegido. Mas não o único. Também como sempre, a qualidade desse serviço, como a de todos os outros, podia ser diferente. Tanto mais que, na Idade Média, nem todas estas casas estariam, em permanência, a funcionar¹⁵⁷, dado o exíguo número de camas que várias delas disponibilizavam, significando com isso que a procura não devia ser, aí, muito grande. Como exemplo poderei citar o conhecido caso do Porto, não

¹⁴⁹ Humberto Baquero Moreno, “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, cit., p. 89.

¹⁵⁰ A. H. de Oliveira Marques, “A população portuguesa nos fins do século XIII”, *Ensaio de história medieval portuguesa*, Lisboa, Portugália, 1965, pp. 88-92 e mapa inserto no final do trabalho.

¹⁵¹ Veja-se esse mapa em Iria Gonçalves, “Privilegios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 150.

¹⁵² Actualmente concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

¹⁵³ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 29, fól. 260-260v.º. Aí se diz que havia apenas uma outra, do concelho, muito pobre. Foram, porém, em número de quatro, as estalagens que a documentação referenciou naquela aldeia (Iria Gonçalves, “Privilegios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 151). É certo que podiam não estar todas em funcionamento, na altura.

¹⁵⁴ Luis Martínez García, “La hospitalidad y el hospedaje”, cit., p. 99.

¹⁵⁵ Elisa Maria Ferreira Priegue, “Circulación y red viaria en la Galicia medieval”, *Les communications dans la Pénin-*

sule Ibérique aux Moyen Âge. Actes du Colloque de Pau, 28-29 mars 1980, Paris, CNRS, 1981, p. 70.

¹⁵⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João II*, Liv. 7, fól. 106.

¹⁵⁷ A exemplo do que actualmente acontece com muitas casas ditas “de turismo rural”.

obstante uma das mais importantes cidades portuguesas.

Em 1391 dizia-se haver na maior e mais rica urbe nortenha oito estalagens – duas das quais fora de portas, uma em Miragaia e a outra em Vila Nova – e cinco daquelas oito foram declaradas grandes e boas¹⁵⁸. Não é seguro tentar fazer uma ideia do que seria, naquela época, uma estalagem grande e boa. Porém, quase um século mais tarde, em 1482, eram oficialmente reconhecidas como hospedarias apenas seis casas – quatro delas geridas por mulheres e duas por homens, o que não deixa de ser significativo – e só uma dispunha de sete a oito camas. As restantes escalonavam-se entre as duas e as cinco¹⁵⁹. Isto é, uma cidade como o Porto, numa época em que desde há muito se vinham criando estabelecimentos hoteleiros por toda a parte e, inclusive, com grande apoio e incentivo por parte dos poderes públicos, central e locais, tinha uma capacidade hoteleira de vinte e seis ou vinte e sete camas, sendo que, em algumas daquelas casas, se podiam oferecer apenas duas ou três. Embora cada uma delas, como acontecia em todo o lado, facultasse duas ou mais dormidas, essas minúsculas pousadas nem sempre estariam bem apetrechadas para receber os clientes. Porém, com maior ou menor qualidade, todas estas casas eram obrigadas a oferecer, além da dormida para homens e animais, alguns outros serviços, embora mínimos.

Os poucos exemplares que nos chegaram, dados da primeira metade do século XIV, apenas referem a possibilidade – nem sequer a certeza – de o estalajadeiro ter, para venda, pão, carne, vinho, cevada, ou quaisquer outras coisas que os hóspedes quisessem comprar, aos preços em vigor na localidade¹⁶⁰. Isto é, alguns alimentos, tanto para os homens como para os animais, além

de uma luz que possibilitasse tomar a última refeição do dia, a ceia, e, após ela, preparar-se para dormir, com alguma iluminação. O que, se durante o Verão era perfeitamente viável sem qualquer luz artificial, em vista dos horários geralmente praticados durante esta época, o mesmo não acontecia durante o Inverno. Se, porém, muitas famílias, em suas casas, se contentavam, na circunstância, com a luz proveniente da lareira ainda a arder, é bem possível que o mesmo acontecesse em algumas estalagens mais modestas.

Todavia, o viajante precavido podia munir-se, no exterior, de tudo quanto lhe era necessário, de modo a procurar, junto do hospedeiro, tão só um espaço abrigado onde passar a noite e descansar o corpo.

Com o decorrer do tempo, avançando pelo século XV, se, nesta vertente, nada mudou de forma substancial, com o avolumar da oferta foram-se clarificando e sistematizando os serviços a prestar.

Aliás, se os povos clamavam com insistência pelo alargamento da rede hoteleira, não era tanto para libertarem a sua casa da presença do vulgar forasteiro para quem, de qualquer modo, era sempre preciso arranjar pousada – esse até podia ser bem-vindo porque pagava os serviços e ajudava, desse modo, a compor o orçamento familiar – mas sim para se libertarem das aposentadorias de fidalgos e seus séquitos, que esses, como já ficou dito, para além de atropelos vários¹⁶¹ se recusavam, quantas vezes, a pagar o que consumiam e estragavam. Ora, esses hóspedes, com hábitos requintados, não se contentavam com quaisquer acomodações. Eram precisas, por um lado, garantias de encontrar os produtos de que precisavam – principalmente alimentos e temperos – e, por outro, as condições necessárias para preparar e consumir a refeição. Aliás, nem sempre se procurava a hospedaria para passar a noite. Nas longas viagens em que todo o dia, desde muito cedo, era passado na estrada, à hora do jantar, por volta das onze

¹⁵⁸ “Vereações”. *Anos de 1390-1395*, ed., por A. de Magalhães Basto, Porto, 1937, p. 110.

¹⁵⁹ J. A. Pinto Ferreira, “Os estalajadeiros do Porto e seus privilégios”, sep. de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1957, p. 14.

¹⁶⁰ *Chancelarias portuguesas. D. Afonso IV*, ed. por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, vol. II (1336-1340), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992, doc. 80, pp. 152-154; doc. 90, pp. 168-170. Resumido em Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal*, vol. V, pp. 207-208. Aparentemente, em 1435, nada mais continuava a ser

pedido aos estalajadeiros: *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*, vol. III, doc. 415, pp. 283-285.

¹⁶¹ Veja-se o que atrás ficou dito sobre este assunto e bibliografia aí citada.

da manhã¹⁶² ou um pouco mais tarde, quando avançamos pelo século XV, também era preciso procurar hospedaria, onde se confeccionasse e servisse a refeição.

Assim todas estas casas deviam ter, para lá do quarto, ou quartos¹⁶³, cozinha e sala, equipadas com o necessário para cozinhar os alimentos, comprados ali mesmo ou, por certo as mais das vezes, adquiridos no exterior, e para servir a refeição. Era também necessário haver alguém que confeccionasse os alimentos e, sem dúvida, lavasse e arrumasse a loiça, uma vez terminado o repasto. Como boa parte dos viajantes se deslocava a cavalo e podia transportar cargas a dorso de mulas ou azémoas, era indispensável não as esquecer: devia haver cevada e palha para elas.

Por isso os homens bons do Porto podiam legislar no sentido de proibir a compra de lenha e palha para revenda, a fim de impedir a subida dos preços, mas excluía dessa proibição os estalajadeiros¹⁶⁴. Estes, no entanto, deviam fornecer aos hóspedes a lenha para cozinhar – e para se aquecerem nos dias frios de Inverno – bem como água, sal, vinagre, os utensílios necessários à confecção e consumo dos alimentos e assim também uma candeia na sala enquanto ceavam e outra na estrebaria enquanto tratavam os animais, sem acréscimo de custo¹⁶⁵.

¹⁶² A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 28.

¹⁶³ Como já atrás deixei dito, numa cidade como o Porto, havia estalagens que apenas ofereciam duas camas (J. A. Pinto Ferreira, “Os estalajadeiros do Porto e seus privilégios”, cit., p. 14). Dado que na Idade Média nem sequer a cama era individual, quanto mais o quarto, para duas camas, ou mais elas fossem, uma só divisão era suficiente.

¹⁶⁴ “Vereações”. *Anos de 1401-1449*, ed. por J. A. Pinto Ferreira, Porto, 1980, p. 373.

¹⁶⁵ Nas cortes de Lisboa de 1439 foi estabelecida uma espécie de regulamentação para os serviços a disponibilizar pelos hoteleiros, o que foi aprovado em capítulo geral dos povos. Lisboa, porém, apresentou uma outra proposta alternativa (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, pp. 80-86 e 315-318, respectivamente), proposta esta em tudo semelhante à anterior, todavia mais realista, e onde ficou pedido ao rei que “mandees tirar duuidosas crasullas em elle [o capítulo geral] contheudas e certas condicoões Impossyuees de sse poderem compridamente ffazer”, pedindo a sua substituição por aquelas que a cidade apresentava. O que também foi aprovado. Essas cláusulas duvidosas a que Lisboa se referia tinham a ver com exigências de qualidade e custos acrescidos. Ora se em Lisboa, a primeira cidade do País, eram exigências e custos impossíveis de suportar, muito mais o poderiam

Como era habitual na época¹⁶⁶. Porém, se para os produtos acima apontados e para a utilização dos artefactos necessários não constava preço, o serviço era pago, em conjunto com esse outro que tinha a ver com a preparação das camas e tratamento das roupas. Era aquilo que a nossa documentação denomina “belaxira” e solvia-se de acordo com uma tabela que nada tinha a ver com a qualidade, quantidade e importância dos serviços prestados, mas com a condição social de quem deles usufruía. Assim, em 1439, em Lisboa, propunha-se que o cavaleiro pagasse, a título de belaxira, dois reais por dia, o gentil-homem ou escudeiro um real e o homem de pé meio real¹⁶⁷; na generalidade das povoações não se taxava a quantia a pagar pelo cavaleiro, mas apenas pelo escudeiro ou qualquer outro homem que viajasse a cavalo e pelo que se deslocasse a pé, com quantias iguais às propostas por Lisboa¹⁶⁸.

Havia, no entanto, um outro serviço, verdadeiramente gratuito, este, que o hospedeiro se encontrava em boa posição para poder prestar. E prestava, sem dúvida.

Para longos ou curtos percursos por terra o viajante medieval partia sem mapas ou quaisquer outros instrumentos eficazes que lhe permitissem, *a priori*, obter conhecimentos válidos sobre o caminho a percorrer: os locais onde podia alimentar-se e pernoitar, mas também quais os itinerários mais fáceis e seguros para a próxima etapa, onde e de que modo atravessar um rio que lhe cortava o percurso, como vencer uma

ser em todas as outras povoações portuguesas, nomeadamente em tantas e tantas pequenas aldeias onde se foram abrindo hospedarias. As condições aí encontradas seriam, inclusive, muitas vezes, menos qualificadas para exigências. Assim, irei, na continuação do trabalho, tomar em consideração as propostas de Lisboa, referindo, no entanto, as mais importantes diferenças entre estas e as da regulamentação geral.

¹⁶⁶ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 135; José Ángel García de Cortázar, “Viajeros, peregrinos, mercaderes”, cit., p. 45; Iria Gonçalves, “Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas”, cit., p. 83; Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., p. 63; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A circulação e a distribuição dos produtos”, *Nova História de Portugal*, dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998, p. 200.

¹⁶⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, p. 316.

¹⁶⁸ *Ib.*, pp. 84-85.

montanha que se perfilava no horizonte, como orientar-se entre penedias e onde se localizavam as portelas mais praticáveis, que cuidados eram necessários para atravessar terras desertas ou quase e tantos outros conhecimentos úteis ou mesmo indispensáveis, nomeadamente quando em percursos de todo desconhecidos. Havia, é certo, para determinados trajectos, como era o caso daqueles conducentes aos grandes santuários de peregrinação, de que Santiago de Compostela é um excelente exemplo, os guias de peregrino, alguns já idosos de séculos neste finalizar da Idade Média. Mas eram muito poucos e mesmo esses nem sempre eram religiosamente seguidos, sequer por peregrinos, como já ficou dito. Restava apenas um modo de informação: procurar saber em cada etapa, junto dos locais, qual a melhor forma de atingir o próximo destino¹⁶⁹. E ninguém melhor do que o estalajadeiro, homem ou mulher da localidade, que recebia forasteiros provenientes de muitas direcções e demandavam outras tantas, para disponibilizar os conhecimentos necessários¹⁷⁰.

4 – O serviço essencial: a dormida

Se os viajantes podiam procurar uma pousada apenas para tomar alimento, procuravam-na sobretudo e de forma muito premente, para encontrar uma cama onde passar a noite e descansar o corpo fatigado. Como em todos os tempos. É, pois, na regulamentação dos vários tipos de camas que deviam estar disponíveis e respectivos preços que a tónica, sobretudo, incide. Porque também era principalmente nesta perspectiva que os povos clamavam contra o direito de aposentadoria e os malefícios que daí advinham¹⁷¹.

É certo que já no século XIV o assunto foi entre nós afluído, no sentido de estabelecer algumas regras¹⁷², até porque já por muitas vezes os po-

vos tinham pedido ao rei que os aliviasse dos ultrajes daí resultantes¹⁷³; é certo também que no caso de Lisboa, D. Duarte já tinha disponibilizado dinheiros para a construção de uns magníficos estaus¹⁷⁴ onde pudessem receber pousada todos os “grandes e honrados”¹⁷⁵. Mas foi nas cortes de 1439 que o clamor eclodiu de forma abrangente, a alastrar por todo o País e aí ficou determinado que tanto os concelhos como os particulares se trabalhassem de fazer tantas estalagens quantas as necessárias para aposentar todos os forasteiros que a qualquer parte chegassem¹⁷⁶. Foi então que melhor se regulamentaram as condições de aposentamento e sobretudo de dormida. E embora o resultado não tivesse sido aquele que os povos desejavam¹⁷⁷, isso não impediu, por um lado, que o facto tivesse sido tão importante que Rui de Pina considerasse necessário referi-lo quando redigiu a crónica dedicada à pessoa e ao reinado de D. Afonso V¹⁷⁸ e, por outro lado, tivesse sido, de qualquer modo, tão efectivo, que foi precisamente a partir daí que se começou a estabelecer uma autêntica rede hoteleira a abranger todo o território português e, em algumas regiões, a cerrar-se de forma muito significativa¹⁷⁹. Merece, portanto, atenção¹⁸⁰.

¹⁷³ Mais uma vez remeto para o que atrás ficou dito.

¹⁷⁴ Sobre este termo – o mesmo que hospedaria – veja-se Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, vol. II, p. 232.

¹⁷⁵ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, t. I, Lisboa, 1885, p. 320; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, Liv. II, Lisboa, 1958, p. 268; *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1438*, org. e rev. geral por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp. 117-118.

¹⁷⁶ É elucidativo dessa abrangência o facto de numerosos concelhos terem considerado importante guardar nos seus arquivos o respectivo capítulo, como prova da sua aceitação pelo monarca.

¹⁷⁷ O que ficou bem vincado em outras cortes seguintes, pela denúncia colectiva feita pelo Algarve, em capítulo geral desse reino (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1441-1447*, pp. 503-504).

¹⁷⁸ Rui de Pina, “Chronica do Senhor rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, int. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, 1977, cap. XLIX, p. 643.

¹⁷⁹ Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 150.

¹⁸⁰ Estes regulamentos são conhecidos dos investigadores desde há longo tempo, na medida em que já em meados

¹⁶⁹ Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., p. 48; Iria Gonçalves, “Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas”, cit., p. 80.

¹⁷⁰ Também assim o considera Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., p. 62.

¹⁷¹ Veja-se o que atrás ficou dito acerca do assunto e sobretudo o discurso de Lisboa nas cortes de 1439, atrás transcrito, na nota 19.

¹⁷² *Chancelarias portuguesas. D. Afonso IV*, vol. II, doc. 80, pp. 152-154; doc. 90, pp. 168-170.

Munido da candeia que o hospedeiro devia fornecer-lhe, o forasteiro dirigia-se para a sua cama, uma cama que era preparada de acordo com a sua condição social e cujo preço era mais ou menos elevado, conforme a qualidade dos colchões e roupas com que havia sido guardada. Essas camas raramente eram únicas na divisão que as acolhia e, como já ficou lembrado, vários leitos podiam alinhar-se no mesmo quarto, leitos onde, de acordo com o costume medieval já tantas vezes referido, podiam dormir duas, três ou quatro pessoas, desconhecidas embora, como, em viagem, tantas vezes acontecia. Noël Coulet, trabalhando com inventários detalhados, provenientes de algumas cidades do Sul de França, verificou que o mais frequente era encontrarem-se dois leitos em cada quarto¹⁸¹, mas havia-os com maior número de camas, podendo inclusive, em pousadas mais pequenas e pobres o estalajadeiro partilhá-las com os seus clientes¹⁸².

Exactamente como acontecia nas casas particulares, quando estas recebiam hóspedes, costume a que adiante voltarei a referir-me.

Na proposta apresentada por Lisboa nas cortes de 1439 estabeleciam-se quatro categorias de dormida e respectivos preços. Uma cama “encortinhada” – isto é, rodeada por cortinas – de sarja ou linho e composta por um almadrake cheio de lã e uma cócedra¹⁸³, um travesseiro,

lençóis de linho fino, uma manta da terra¹⁸⁴ e outra de importação – da Flandres ou de Inglaterra, e mais cara, por conseguinte: o preço desta dormida seria de três reais por pessoa/noite. Uma cama para gentil-homem seria preparada do mesmo modo, mas, prescindindo de cortinas, seria, por isso, mais barata: dois reais por pessoa/noite. Aliás as cortinas – que encareciam a dormida – só durante o Inverno seriam úteis. É certo que tornavam mais privado o espaço dos dormentes. Mas dar privacidade ao espaço que encerrava a cama quando esta era partilhada com desconhecidos não teria grande significado, mesmo que a Idade Média atribuísse a este conceito mais importância do que realmente lhe dava. No entanto conferiam-lhe algum aconchego e de certo modo resguardavam-na do frio e das correntes de ar que nas moradias medievais eram impossíveis de eliminar¹⁸⁵. Por isso a cabeça, que não podia ficar resguardada pela roupa, tapava-se com um qualquer agasalho, toucado, boné, carapuça¹⁸⁶.

Uma cama para homens de pé e moços teria apenas um almadrake cheio de lã, um travesseiro, dois lençóis – talvez confeccionados em pano mais grosseiro que os anteriores, o que não ficou especificado – e uma manta da terra, baixando o preço para um real por dormida. Mas esta podia ser ainda mais barata, custando apenas meio real, no caso de não ser armada sobre um leito, mas directamente no chão¹⁸⁷.

do século XIX foi deles feito e dado à estampa um resumo circunstanciado (João Correia Aires de Campos, “Antiguidades nacionais – III – Dos estãos e aposentadorias em 1439”, sep. de *O Instituto*, vol. XIII, 1866, pp. 21-23). Porém, com excepção de Gama Barros (*História da administração pública em Portugal*, vol. V, pp. 216-220) poucos autores lhe prestaram atenção. Poderei citar Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., pp. 143-144; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 133-134, onde apenas existem pequenas referências.

¹⁸¹ Noël Coulet, “Les hôtelleries en France et en Italie”, cit., p. 195.

¹⁸² *Ib.*, pp. 195-196.

¹⁸³ De uma maneira geral os investigadores têm considerado “almadrake” e “cócedra” como palavras mais ou menos sinónimas, designando ambas o nosso colchão, embora alguns estabeleçam uma distinção, apresentando a cócedra como um colchão de melhor qualidade, a colocar sobre o almadrake (Podem ver-se: Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário*, vol. I, pp. 386-388; vol. II, p. 111; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 104; Xaime Varela Sieiro, *Léxico cotiã na*

Alta Idade Média, pp. 176-180). Identificou-se, em trabalho recente, um almadrake cheio de “pena cocedril” (Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., p. 22) o que na verdade aponta para que seja a pena o enchimento mais comum das cócedras, o que as coloca, a ser assim, numa esfera de qualidade superior.

¹⁸⁴ Sobre esta peça de roupa veja-se Joana Sequeira, *O pano da terra*, p. 238.

¹⁸⁵ Veja-se, sobre este ponto, o que diz Chiara Frugoni, *Vivre en famille*, p. 24.

¹⁸⁶ Geneviève D’Haucourt, *La vie au Moyen Âge*, p. 54; Jean Verdon, “Dormir au Moyen Âge”, cit., p. 752; id., *La nuit au Moyen Âge*, p. 200; Chiara Frugoni, *Vivre en famille au Moyen Âge*, pp. 18-19. Como nota curiosa a este respeito é talvez interessante lembrar que, partindo de Coimbra, em longa jornada, a demandar Roma, durante o Inverno passado no caminho, os viajantes necessitaram de comprar carapuças de orelhas, para dormir (Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos, *De Coimbra a Roma*, p. 17).

¹⁸⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, pp. 315-316.

Estes preços eram cobrados a cada um dos utilizadores da cama e, naturalmente, multiplicavam-se por tantos quantos nela pernoitassem, que seriam mais ou menos, consoante a largura do colchão. No entanto, a dormida só seria partilhada com indivíduos da mesma condição social, isto é, com aqueles que tinham direito ao mesmo tipo de cama. E por isso, se na pousada se não encontrasse mais ninguém da sua condição, o indivíduo podia dormir sozinho sem que o preço da estadia aumentasse. Aumentava, todavia, para quem se recusasse a aceitar como companhia nocturna um outro do seu mesmo estatuto e tantas vezes quantos os demais viajantes, seus pares, que não se importassem de partilhar a cama¹⁸⁸.

Porque havia, e a documentação deixa-o perceber aqui e além – inclusive no exemplo acima – quem se recusasse à promiscuidade a que as estalagens podiam sujeitar os seus utentes. Tanto mais que a roupa de dormir, a não ser no caso dos monges, estava longe de chegar à Idade Média. Com efeito, na época dormia-se nu, o que a iconografia largamente documenta, mesmo tratando-se de doentes em hospitais e mesmo moribundos e numerosos investigadores já deixaram isso assinalado¹⁸⁹.

Seria mais difícil, numa estalagem – como em qualquer outro estabelecimento congénere, naturalmente – um despojamento tão completo, ainda mesmo que, como era hábito, aliás prolongado por vários séculos, que a camisa se despi-se já entre os lençóis e se deixasse à mão para, na manhã seguinte, se vestir antes de sair da cama¹⁹⁰. Porém, neste finalizar dos tempos medievais, já se usavam as bragas, mais tarde também designadas por fraldilhas, isto é, a primeira forma de cuecas¹⁹¹. Talvez tenha sido esta, ao menos na estalagem, uma conveniente peça de roupa de noite. Aliás, dormir despido tinha também as suas vantagens: era mais fácil libertar-se

dos parasitas nocturnos, que não faltavam, em quaisquer camas.

No entanto, havia ainda uma outra forma de pernoitar na estalagem que, no mínimo, colocava o viajante ao abrigo da promiscuidade que representava dormir com quaisquer desconhecidos: ele podia transportar consigo a sua própria cama, completa, ou pedindo alguma roupa ao hospedeiro. Neste caso pagaria um real pelo lugar que ocupava no estau e, eventualmente, o aluguer da roupa¹⁹². O que poderiam fazer pessoas de todos os estatutos sociais e, quiçá, sobretudo gente de alguma proeminência, ao menos em percursos não demasiado alongados e prevendo estadias fora de casa com alguma demora. Em 1498, Vasco Carneiro e Afonso Tomé, homens bons do Porto, gente grada, por conseguinte, foram escolhidos como procuradores da cidade às cortes que então se realizaram em Lisboa. Estiveram fora de casa perto de três meses, mas levavam uma azémola em que transportavam “ssua cama e vjstidos”¹⁹³. Por certo uma cama para ambos. Mas eram conhecidos, assiduamente se encontravam, ao menos no âmbito das lides camarárias, e por certo em muitas outras circunstâncias. Na Idade Média era esta uma situação perfeitamente normal.

Como já atrás ficou lembrado, não eram só os homens que necessitavam dos serviços da estalagem, mas também as suas montadas e as suas azémolas.

Para isso o estalajadeiro deveria ter à venda cevada, palha e erva, bem como manjedouras altas onde colocar estes produtos, para uma mais fácil alimentação do animal. A cevada podia vendê-la por preço um quinto superior àquele praticado nas fangas da localidade; os demais mantimentos – isto é, a palha e a erva – fixando o custo o próprio hospedeiro. Confiava-se, naturalmente, nas leis que desde sempre regeram o jogo entre a oferta e a procura. A estadia do animal seria gratuita, se acompanhada pela compra do alimento; caso contrário custaria um real, metade pelo dia, metade pela noite¹⁹⁴.

¹⁸⁸ *Ib.*

¹⁸⁹ Vejam-se, entre diversos outros autores: Geneviève D’Haucourt, *La vie au Moyen Âge*, p. 54; A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 59; Charles-Marie de La Roncière, “La vie privée des notables toscans”, cit., p. 200; Jean Verdon, “Dormir au Moyen Âge”, cit., p. 752; id., *La nuit au Moyen Âge*, p. 200; Chiara Frugoni, *Vivre en famille au Moyen Âge*, pp. 18-19.

¹⁹⁰ Assim o refere Geneviève D’Haucourt, *La vie au Moyen Âge*, p. 54.

¹⁹¹ A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 52, 59.

¹⁹² *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, p. 317.

¹⁹³ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 624.

¹⁹⁴ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, p. 317.

No regimento aprovado nas mesmas cortes para todo o País – constando, portanto, em capítulo geral – as diferenças mais significativas encontram-se no que respeita ao arranjo das camas, considerando-se ao mesmo tempo dois tipos de estruturas: a estalagem propriamente dita, isto é, o estabelecimento público, sempre aberto e, por outro lado, as “as apousentadorjas que nom forem estaãos conthinoados”, segundo a letra do documento¹⁹⁵, talvez se disponibilizando apenas em ocasiões de maior afluência de visitantes ou, porque se previam algumas camas de maior qualidade, quando chegassem forasteiros de mais elevado estrato social. Nas primeiras destas casas prescrevia-se apenas dois tipos de camas: um almadrake, três cabeçais de pena, lençóis de linho e duas mantas da terra, ao preço de dois reais por pessoa/noite; um almadrake cheio de lã ou estopa, um travesseiro, lençóis de estopa e uma manta com o custo de um real, igualmente por pessoa/noite. Nas segundas destas casas, nem sempre a funcionar, como é dito, as melhores camas seriam preparadas com almadrake e cócedra, cabeçal de pena, lençóis de pano fino, de França ou Bretanha, podendo, no entanto, ser substituídos por outros de pano da terra, mas da mesma qualidade, uma manta da Flandres, uma coberta de Irlanda, com cortinas de linho ou sarja. O preço por pessoa era de três reais. As outras camas, para lá do almadrake e cabeçal teriam, ou lençóis de linho e duas mantas da terra, ou lençóis de estopa e uma manta como as anteriores ou uma coberta de burel. Os preços seriam, respectivamente, um real e meio real, tal como todas as outras, por pessoa/noite.

Acrescentava-se que as camas deviam ser limpas e boas, feitas em leitos e os lençóis lavados todas as semanas para hóspedes de maior condição e quinzenalmente para homens de pé¹⁹⁶. Para que as camas se mantivessem limpas, ficou explicada.

Integravam-se, por certo, nesta esfera, as “cláusulas duvidosas” a que os procuradores de Lisboa se referiam ao elaborar um regulamento próprio sobre o assunto versado em capítulos gerais, como atrás deixei lembrado. Com efeito, algumas das camas eram demasiado exigentes – sobretudo no tocante a roupa de importação

– para se tornarem possíveis em qualquer parte do País. Talvez se possa dizer em qualquer aldeia, na medida em que eram inúmeras as muito pequenas localidades que participavam na organização da rede hoteleira portuguesa. Aliás, um bom exemplo disso vem-nos do Trancoso, uma vila que, no entanto, estava habituada a receber muitos forasteiros, dada a projecção que a sua feira tinha atingido, a transbordar muito do quadro regional¹⁹⁷ e também porque era “lugar de gram camjinho”. Quando aí chegavam cavaleiros, escudeiros e outros “homens bons e honrados” não encontravam roupas adequadas ao seu estatuto e os juizes da terra precisavam de pedi-las ao rabi dos judeus¹⁹⁸. Talvez na comuna habitassem famílias com maior poder económico, ou talvez fosse a forma de, sobrecarregando aquela comunidade, alijar dos próprios ombros mais este ónus. De qualquer modo fica patente a pouca disponibilidade em termos de roupas mais delicadas.

Também não se previa camas preparadas sem o suporte de um leito, quando estes faltavam em tantas e tantas casas de família¹⁹⁹.

Na verdade, eram os homens bons das cidades e vilas que levavam as suas preocupações a cortes. Era de acordo com as suas condições de vida que eles pensavam e dentro delas agiam. Mais sensatos os de Lisboa?

Não obstante o serviço público ao tempo representado pela rede hoteleira que abrangia praticamente todo o território português²⁰⁰, ela deixou largos registos de crítica nos relatos de viajantes, tantas vezes insatisfeitos²⁰¹ – o que não é uma singularidade do espaço português – registo que passou, inclusivamente, para discussão em cortes, adquirindo foros de capítulo geral²⁰². No entanto, a documentação guardou também notícia

¹⁹⁷ Virgínia Rau, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, Bertrand, 1943, pp. 62-66.

¹⁹⁸ *Chancelaria de D. Pedro I*, doc. 978, pp. 457-458.

¹⁹⁹ Veja-se o que ficou dito em Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., pp. 18-20 e bibliografia aí citada.

²⁰⁰ De novo remeto para o mapa publicado em Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., p. 150.

²⁰¹ Veja-se, por exemplo, Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A circulação e a distribuição dos produtos”, cit., pp. 200-201.

²⁰² *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, pp. 131-132, 229-230, 275, 323.

¹⁹⁵ *Ib.*, p. 83.

¹⁹⁶ *Ib.*, pp. 83-84.

das opressões cometidas sobre estalajadeiros²⁰³, o que era reconhecido ao mais alto nível, isto é, pelo próprio monarca. Um ou outro caso bastará, talvez, para o confirmar.

João Lourenço, morador no Landeiro, termo de Cabrela, pretendia abrir uma venda na sua localidade. Para viabilizar o negócio e talvez por serem aquelas terras pouco povoadas, como grande parte do Alentejo, na época, o rei não só lhe concedeu o costumeiro privilégio, como igualmente o estendeu a três ou quatro dos moradores da comarca “que se chegassem a ele”, para que se alguém lhe quisesse fazer mal o ajudassem, ajudando também a guardar a venda²⁰⁴.

Em 1450 D. Afonso V explicava: “... segundo nossa hordenança por os estallajadeiros teerem melhor guissado como ajam de manter suas estallagens priuyllegeamos E Relleuamollos de mujtos cargos e serujdões”²⁰⁵. Aliás, os privilégios mais antigos centravam-se principalmente em salvaguardar o estalajadeiro de possíveis extorsões e proteger a propriedade²⁰⁶. O que é significativo.

IV – À GUIA DE CONCLUSÃO

Não obstante o adensamento da rede hoteleira, constasse ela ou não de “estáu continuados”, para utilizar expressão da época, o hábito de dar pousada aos forasteiros nas casas particulares continuou a manter-se²⁰⁷. Como já foi referido, uns e outros contavam com os proveitos daí resultantes e aos indivíduos juntavam-se as municipalidades, que todos concorriam uns com outros.

Tanto quanto sei, com muito poucas exceções, só tardiamente os órgãos concelhios se interessaram pelo negócio, mas aí fizeram-no com bastante competência e empenharam-se em abrir casas com alguma dimensão e, como é óbvio, de acordo com as suas possibilidades financeiras, que em regra não eram muitas. Mas o negócio apresentava-se como lucrativo e valia o investi-

mento, sobretudo se fosse possível afastar a concorrência.

Não falando nos magníficos estaus que em início de Quinhentos embelezavam o Rossio de Lisboa, a sua maior e mais luzida praça, porque, de certa maneira, era também obra régia, outros municípios se perfilavam na corrida, não querendo deixar os seus créditos por mãos alheias e construíram as suas pousadas como edifícios pensados para o desempenho da função hoteleira.

Sintomático é, por exemplo, o caso de Loulé que, após ter aberto a estalagem concelhia, proibiu, aos que “am custome de colher em suas casas algumas pessoas e gentes” como estrangeiros, almocreves, caminheiros, por muitos ou poucos dias, “por seus dinheiros”, de voltarem a recebê-los para não prejudicarem a estalagem do concelho. Proibição que precisou de ser repetida²⁰⁸, prova da sua ineficácia. Mas mais sintomático ainda é o caso do pequeno concelho de Moreira que, já em 1392, notificou D. João I de que não tinha quaisquer recursos para suportar os seus encargos e por isso resolveram os seus homens bons fazer uma pousada e um forno no centro da vila, proibindo ao mesmo tempo, por um lado, os forasteiros de se aposentarem em qualquer outro lugar que não naquela estalagem; por outro, os moradores, de cozerem o seu pão em qualquer forno que não o da vila. Ao que o rei deu o seu acordo²⁰⁹.

Não admira que algumas famílias procurassem a mesma fonte de rendimentos. E podiam ser muitas, essas famílias; pelo menos, assim o consideravam os homens bons de Montemor-o-Novo, quando ao assunto se referiram nas cortes de Lisboa de 1502²¹⁰. E assim também os do Trancoso, onde, por altura da feira, os preços subiam de tal modo que, pelo aluguer de camas, os respectivos donos recebiam, durante aquele período, tanto como em todo o resto do ano²¹¹. O que não impedia os trancosenses de

²⁰³ ANTT, *Além Douro*, Liv. 1, fól. 94-94v.º; Liv. 3, fól. 133v.º; *Estremadura*, Liv. 11, fól. 57v.º-58.

²⁰⁴ ANTT, *Odiana*, Liv. 6, fól. 279v.º-280.

²⁰⁵ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 34, fól. 34.

²⁰⁶ Iria Gonçalves, “Privilégios de estalajadeiros portugueses”, cit., pp. 146-147.

²⁰⁷ Como se manteve, também, a oferta de estadia caritativa, como atrás ficou dito.

²⁰⁸ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, supl. de *Al’-Ulyā*, n.º 7, Loulé, 1998-2000, pp. 111-112, 150, 199. Veja-se também: Iria Gonçalves, “O repouso nocturno em Loulé medieval”, cit., p. 31.

²⁰⁹ *Chancelarias portuguesas. D. João I*, vol. II, t. 1, doc. 591, p. 304.

²¹⁰ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, ed. por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001, p. 94.

²¹¹ Virgínia Rau, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, p. 62.

se queixarem da concorrência que nessas alturas lhes era movida pelas aldeias do termo²¹².

Também neste ponto Portugal se não desviava dos costumes vigentes em toda a Europa da época. Elisa Ferreira Priegue deixou mesmo dito que o procedimento parecia institucionalizado e em muitos casos subvencionado pelas autoridades²¹³. Aliás, talvez assim possamos considerar os “estáu[s] não continuados”, com aprovação nas cortes de 1439 e a que atrás ficou feita referência. E como, por vezes, também nas casas das elites urbanas se aboletavam forasteiros mediante pagamento²¹⁴, era aí, por certo, que podiam ser encontradas aquelas camas de maior requinte que se previam nas mesmas cortes de 1439.

Devia, por certo, ser rendoso, um negócio que assim atraía tantos e tão diferenciados operadores. Devia ser significativo o tráfego que suportavam os caminhos portugueses, não obstante a posição excêntrica do nosso País, a que só o mar proporcionava alguma centralidade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CITADAS

I – FONTES

1 – Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelarias régias

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 38.

Chancelaria de D. João II, liv. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 24, 25.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 12, 16, 28, 30, 36, 40, 43, 46.

Chancelaria de D. João III, liv. 1, 2.

Leitura Nova

Além Douro, liv. 1, 3, 4.

Beira, liv. 1, 2.

Estremadura, liv. 4, 5, 6, 10, 11.

Odiana, liv. 3, 4, 6.

2 - Impressas

Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV, supl. de *Al'-Ulyā*, n.º 7, Loulé, 1998-2000.

Chancelaria de D. Afonso III, ed. por Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, liv. I, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367), ed. por A. H. de Oliveira Marques *et alii*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

Chancelarias portuguesas. D. Afonso IV, ed. por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, vol. II (1336-1340), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1992.

Chancelarias portuguesas. D. Duarte, ed. por J. J. Alves Dias, vol. I, t. 1 (1433-1435), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998; vol. I, t. 2 (1435-1438), Lisboa, 1998; vol. III (1433-1435), Lisboa, 2002.

Chancelarias portuguesas. D. João I, ed. por J. J. Alves Dias, vol. II, t. 1 (1385-1392), Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005; vol. II, t. 2 (1387-1402), Lisboa, 2005; vol. III, t. 3 (1402-1418), Lisboa, 2006; vol. IV, t. 1 (1410-1425), Lisboa, 2006.

“Charitatis Monumenta Histórica. Regimento das capelas e hospitais”, ed. por Fernando da Silva Correia, sep. de *Boletim de Assistência social*, 2.º ano, n.º 16, Junho de 1944.

“Compromisso do hospital das Caldas dado pela rainha D. Leonor, sua fundadora, em 1512”, ed. por Fernando da Silva Correia, *O Instituto*, vol. 80, 1930, pp. 107-123, 241-285.

Confrarias medievais da região de Torres Novas. Os bens e os compromissos, transc. paleográfica de Leonor Damas Lopes, introd. de Margarida Teodora Trindade, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas, 2001.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1438, org. e rev. geral por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2014.

²¹² ANTT, *Beira*, Liv. 1, fól. 209v.º-210.

²¹³ Elisa Ferreira Priegue, “Saber viajar”, cit., p. 62.

²¹⁴ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, pp. 97, 108.

- Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1439*, org. e rev. geral por João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2016.
- Cortes portuguesas. Reinado de D. Afonso V. Cortes de 1441-1447*, org. e rev. geral por João José Alves Dias e Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2017.
- Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I (1367-1380), ed. por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, org. e rev. geral por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1502)*, ed. por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- Cortes portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, ed. por A. H. de Oliveira Marques et alii, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.
- Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1958.
- Fontes históricas e artísticas do mosteiro e da vila da Batalha. Séculos XIV a XVII*, ed. por Saul António Gomes, vol. III (1501-1519), Lisboa, IPPAR, 2004; vol. IV (1520-1650), Lisboa, 2004.
- GOMES, Saul António, *O livro do compromisso da confraria e hospital de Santa Maria da Vitória da Batalha (1427-1544), estudo histórico e transcrição documental*, Leiria, Magno, 2002.
- NUNES, Eduardo, *Álbum de paleografia portuguesa*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, t. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1885.
- ORTIZ, D. Diogo, *O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu*, ed. por Elsa Maria Branco da Silva, Lisboa, Colibri, 2001.
- PINA, Rui de, “Chronica do Senhor rey D. Affonso V”, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, int. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 577-881.
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. por José Pedro Paiva, vol. 2, *Antes da fundação das Misericórdias*, dirig. por José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa e Saul António Gomes, Lisboa, 2003; vol. 3, *A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel I*, dirig. por Isabel dos Guimarães Sá e José Pedro Paiva, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2004.
- Regimento do hospital de Todos os Santos*, ed. por Fernando da Silva Correia, Lisboa, 1984 (facsimile da 1.ª ed. de 1946).
- “Vereações”. *Anos de 1390-1395*, ed., por A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1937.
- “Vereações”. *Anos de 1401-1449*, ed. por J. A. Pinto Ferreira, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1980.
- “Vereações”: 1431-1432, Livro 1, leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1985.

II – Estudos

- ABELLÁN PÉREZ, Juan, *El ajuar de las viviendas jerezanas en época de Isabel I de Castilla (1474-1504)*, Cádiz, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2011.
- ALEXANDRE-BIDON, Danièle, “Le confort dans la maison médiévale. Une synthèse des données”, *Cadre de vie et manières d’habiter (XII^e-XVI^e siècle)*, dirig. pela mesma, Françoise Piponnier e Jean-Michel Poisson, Caen, Publications du CRAHM, 2006, pp. 129-144.
- , e PIPONNIER, Françoise, “Mobilier civil et intérieur domestique”, *Art et société en France au XV^e siècle*, dirig. por Christiane Prigent, Paris, Maisonneuve et Larose, 1999, pp. 643-653.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de, “Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica*

- durante a Idade Média, Actas das 1^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39-57.
- , *Vias medievais. I – Entre-Douro-e-Minho*, dissert. policop., Porto, 1968.
- ANICETO, Maria Emília e PEREIRA, Fernando Jasmims, “Assistência social caritativa. I Na Idade Média – 2”, *Dicionário de história da Igreja em Portugal*, dirig. por António Banha de Andrade, vol. 1, Lisboa, Resistência, 1980, pp. 640-661.
- BARRENA OSORO, Elena, “Los caminos medievales y sus precedentes romanos”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logronho, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, pp. 31-43.
- BARROCA, Mário Jorge, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II s., vol. IX, 1992, pp. 53-85.
- , “Mobiliário”, *História da Arte em Portugal – O gótico*, pelo mesmo e Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Lisboa, Presença, 2002, pp. 292-294.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, *A confraria de S. Pedro de Miragaia do Porto no século XV*, dissert. policop., Porto, 1991.
- BARROS, Henrique da Gama, *Historia da administração pública em Portugal nos seculos XII a XV*, 2^a ed., org. por Torquato de Sousa Soares, vol. V, Lisboa, Sá da Costa, s. d..
- BARROS, Maria da Luz de Oliveira Barbosa Pereira de, *Aposentadorias no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira Interior (séculos XIV-XV)*, dissert. policop., Porto, 1995.
- BOTÃO, Maria de Fátima, v. GONÇALVES, Iria.
- BRANTHOMME, Henry, v. CHELINI, Jean.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, “A circulação e a distribuição dos produtos”, *Nova História de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. V, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, coord. por João José Alves Dias, Lisboa, Presença, 1998, pp. 195-247.
- CAILLE, Jacqueline, *Hôpitaux et charité publique à Narbonne de la fin du XI^e siècle à la fin du XV^e siècle*, Toulouse, Privat, 1978.
- CAMPOS, João Correia Aires de, “Antiguidades nacionais – III – Dos estáos e aposentadorias em 1439”, sep. de *O Instituto*, 1866.
- CANNON, Wiliam R., *Histoire du Christianisme au Moyen Âge: de la chute de Rome à la chute de Constantinople*, trad. de S. M. Guillemain, Paris, Payot, 1961.
- CAUCCI VON SAUCKEN, Paolo G., “La via lusitana en los relatos de los peregrinos italianos”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 245-249.
- CHELINI, Jean e BRANTHOMME, Henry, *Les chemins de Dieu: histoire des pèlerinages chrétiens des origines à nos jours*, Paris, Hachette, 1982.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “A assistência em Coimbra em tempos manuelinos: o hospital novo”, *D. Manuel e a sua época*, III Congresso histórico de Guimarães, 24 a 27 de Outubro de 2001, vol. II, *Igreja e assistência*, Guimarães, 2004, pp. 375-406.
- , “As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte”, *Confradias, gremios e solidariedades en la Europa medieval*. XIX Semana de estudios medievales. Estella, 20 a 24 de julio de 1992, Pamplona, Gobierno Navarra, Departamento de Educación y Cultura, 1993, pp. 149-183.
- CONDE, Manuel Sílvia Alves, “A casa”, *História da vida privada em Portugal*, dirig. por José Mattoso, *A Idade Média*, coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Temas e Debates, 2010, pp. 54-77.
- , *O hospital medieval do Espírito Santo de Sesimbra e a assistência caritativa portuguesa*, Sesimbra, Câmara Municipal de Sesimbra, 2004.
- CONTAMINE, Philippe, “Les aménagements de l’espace privé XIV^e-XV^e siècle”, *Histoire de la vie privée*, dirig. por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 2, *De l’Europe féodale à la Renaissance*, dirig. por Georges Duby, Paris, Seuil, 1985, pp. 421-501.
- CORREIA, Fernando da Silva, “Hospitais pré-quinzentistas: a lição da história”, sep. de *Imprensa médica*, ano IX, n.º 23 e 24, 1943.
- , *Origens e formação das Misericórdias portuguesas*, [2.^a ed.], Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

- , “Uma reforma da assistência”, sep. de *Boletim da Maternidade Dr. Alfredo da Costa*, fasc. V, *Conferências e relatórios*, Lisboa, 1942.
- COSTA, Américo, *Diccionario chorographico de Portugal continental e insular. Hydrographico. Historico. Orographico. Biographico. Archeologico. Heraldico. Etymologico*, pref. por José Joaquim Nunes, vol. II, Porto, Civilização, 1930.
- COSTA, António Domingues de Sousa, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 259-327.
- COULET, Noël, “Les hôtelleries en France et en Italie au Bas Moyen Âge”, *L’homme et la route en Europe Occidentale au Moyen Âge et aux Temps Modernes*. Deuxièmes journées internationales d’histoire, 20-22 septembre 1980, Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Auch, Toulouse, Presses universitaires du Midi, 1982, pp. 181-205.
- CRUZ, António, “A assistência na cidade do Porto e seu termo durante a Idade Média”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, 1973, pp. 329-344.
- DELORT, Robert, *Les animaux ont une histoire*, [Paris], Seuil, 1984.
- , *La vie au Moyen Âge*, 3.^a ed., Paris, Seuil, 1982.
- DELUMEAU, Jean, *La peur en Occident (XV^e-XVIII^e siècles). Une cité assiégée*, Paris, Fayard, 1978.
- DEMURGER, Alain, “Les déplacements professionnels des agents du roi (vers 1380-vers 1410)”, *Voyages et voyageurs au Moyen Âge*, XXVI^e Congrès de la S. H. M. E. S. (Limoges, Aubézine, mai, 1995), Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 103-121.
- D’HAUCOURT, Geneviève, *La vie au Moyen Âge*, 4.^a ed., Paris, P.U.F., 1957.
- DINIS, António Joaquim Dias, “O infante D. Henrique e a assistência em Tomar no século XV”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 345-370.
- FERREIRA, J. A. Pinto, “Os estalajadeiros do Porto e seus privilégios”, sep. de *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1957.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, “Roupas de cama e roupas do corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300)”, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, II série, vol. XIV, 1997, pp. 33-63.
- FERREIRA PRIEGUE, Elisa Maria, “Circulación y red viaria en la Galicia medieval”, *Les communications dans la Péninsule Ibérique au Moyen Âge*. Actes du Colloque de Pau, 28-29 mars 1980, Paris, CNRS, 1981, pp. 65-71.
- , “Saber viajar: arte y técnica del viaje en la Edad Media”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, pp. 45-69.
- FOURASTIÉ, Françoise, v. FOURASTIÉ, Jean.
- FOURASTIÉ, Jean e FOURASTIÉ, Françoise, *Histoire du confort*, 3.^a ed., Paris, P.U.F., 1973.
- FRUGONI, Chiara, *Vivre en famille au Moyen Âge*, trad. de Jérôme Savereux, Paris, Les Belles Lettres, 2018.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, “El hombre medieval como “Homo viator”: peregrinos y viajeros”, *IV Semana de estudios medievales*. Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, pp. 11-30.
- , “Viajeros, peregrinos, mercaderes en la Europa medieval”, *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el Occidente medieval*. XVIII semana de estudios medievales. Estella, 22 a 26 de julio de 1991, Pamplona, Gobierno de Navarra, Departamento de Educación y Cultura, reimp. de 1999, pp. 15-51.
- GEREMEK, Bronislaw, *Les marginaux parisiens aux XIV^e et XV^e siècles*, trad. de Daniel Beauvois, [Paris], Flammarion, 1976.
- GOGLIN, Jean-Louis, *Les misérables dans l’Occident médiéval*, Paris, Seuil, 1976.

- GONÇALVES, Iria, “A cozinha e a mesa em Loulé medieval nos seus utensílios de uso comum: o testemunho dos inventários de órfãos”, *Medievalista* [em linha], n.º 25, Jan.-Jun. 2018, pp. 2-53.
- , “Para o estudo da percepção do espaço nos finais da Idade Média: a identificação da rede viária na Beira Interior”, *Paisagens rurais e urbanas. Fontes, metodologias, problemáticas*, coord. pela mesma, vol. V, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013, pp. 163-182.
- , “Formas medievais de assistência num meio rural estremenho”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 53-68.
- , “Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas”, *Media Aetas*, Revista de estudos medievais, II série, vol. 2, 2005-2006, pp. 67-100.
- , “Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 143-155.
- , “O repouso nocturno em Loulé medieval: que possibilidades de conforto?”, *Atas do II Encontro de história de Loulé*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 2019, pp. 7-38.
- , “Na Ribeira de Lisboa nos finais da Idade Média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 61-75.
- , “Viajar na Idade Média: através da Península em meados do século XIV”, *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 157-176.
- , “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”, *ib.*, pp. 177-200.
- e BOTÃO, Maria de Fátima, *Confrarias medievais da região de Alcanena*, vol. IV de *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos de Ferreira do Zêzere*, 1989.
- GONTHIER, Nicole, *Lyon et ses pauvres au Moyen Âge (1350-1500)*, Lyon, l’Hermès, 1978.
- GONZÁLEZ BUENO, A., “El peregrino y su entorno sanitario en el camino de Santiago”, *I Congreso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 153-183.
- GUGLIELMI, Nilda, “Modos de marginalidad en la Edad Media: extranjería, pobreza, enfermedad (a propósito de estatutos de hospitales y leproserías)”, *Marginalidad en la Edad Media*, Buenos Aires, 1986, pp. 9-135.
- LACARRA, José María, “De Estella a Nájera”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, por Luis Vázquez de Parga, José María Lacarra e Juan Uría Riu, vol. II, 2.ª reimp. da ed. facsimil da de 1948, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, pp. 133-153.
- , “Protección jurídica del peregrino”, *ib.*, vol. I, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, pp. 255-279.
- LA RONCIÈRE, Charles-Marie de, “La vie privée des notables toscans au seuil de la Renaissance”, *Histoire de la vie privée*, dirig. por Philippe Ariès e Georges Duby, t. 2, *De l’Europe féodale à la Renaissance*, dirig. por Georges Duby, Paris, Seuil, 1985, pp. 163-309.
- LINAGE CONDE, Antonio, “Los peregrinos y su hospitalidad en la tradición monástica”, *I Congreso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 201-211.
- LLOBET, Gabriel, “Hospice”, *Dictionnaire du Moyen Âge. Histoire et société*, Paris, Albin Michel, 1997, p. 485.
- LÓPEZ ALONSO, Carmen, *La pobreza en la España medieval: estudio histórico-social*, Madrid, Centro de Publicaciones, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, “A circulação e a troca de produtos”, *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325) Do condado portugalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Presença, 1996, pp. 487-528.
- , “A população portuguesa nos fins do século XIII”, *Ensaio de história medieval portuguesa*, Lisboa, Portugalia, 1965, pp. 69-123.
- , *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dirig. pelo mesmo e Joel Serrão, Lisboa, Presença, 1987.

- , *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de vida quotidiana*, 6.^a ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.
- MARQUES, José, “A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal na Idade Média”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 123-134.
- , “A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média”, sep. da *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II s., vol. VI, 1989.
- , “A confraria de S. Domingos de Guimarães”, sep. de *ib.*, II s., vol. 1, 1984.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “O clero – homens de oração e acção”, *Nova história de Portugal*, dirig. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portugalense à crise do século XIV*, coord. por Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Presença, 1996, pp. 225-251.
- MARTÍNEZ GARCÍA, Luis, “El albergue de los viajeros del hospedaje monástico a la posada urbana”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, pp. 71-87.
- , *La asistencia a los pobres en Burgos en la Edad Media: el hospital de Santa María La Real (1341-1500)*, Burgos, Diputación Provincial de Burgos, 1981.
- , “La hospitalidad y el hospedaje en el camino de Santiago”, *El camino de Santiago y la sociedad medieval*. Actas de la reunión científica, Logroño, 12 a 23 de Abril de 1999, coord. por Javier García Turza, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2000, pp. 97-110.
- MATA, Luís António Santos Nunes, *Ser, ter e poder: o hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000.
- MAZZI, Maria Serena, *In viaggio nel Medioevo*, Bolonha, Il Mulino, 2016.
- MOLLAT, Michel, “La notion de paupreté au Moyen Âge”, *Revue d'histoire de l'Église en France*, 1966, pp. 5-23.
- , “Pauvres et assistés au Moyen Âge”, *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Actas das 1.^{as} Jornadas luso-espanholas de história medieval, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, t. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 11-30.
- , *Les pauvres au Moyen Âge: étude sociale*, Paris, Hachette, 1978.
- MORENO, Humberto Baquero, “Caminhos e peregrinos a Santiago de Compostela”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. XV, 2000, pp. 41-52.
- , “As peregrinações a Santiago e as relações entre o Norte de Portugal e a Galiza”, *I Congresso internacional dos caminhos portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 10-11-12 de Novembro de 1989, Lisboa, Távola Redonda, 1992, pp. 75-83.
- , “A vagabundagem nos finais da Idade Média portuguesa”, *Marginalidade e conflitos sociais nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1985, pp. 24-60.
- , “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, II série, vol. III, 1986, pp. 77-89.
- OLIVAL, Fernanda, “Os lugares e espaços do privado nos grupos populares e intermédios”, *História da vida privada em Portugal*, dirig. por José Mattoso, *A Idade Moderna*, coord. por Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Temas e Debates, 2010, pp. 244-275.
- PEREIRA, Fernando Jasmins, v. ANICETO, Maria Emília.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, “O hospital do Espírito Santo da vila da Castanheira”, *Do tempo e da história*, vol. IV, Lisboa, 1971, pp. 53-95.
- PIMENTA, Maria Cristina, “Uma estalagem da Ordem de Avis”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais*, n.º 6, Maio, 1997, pp. 2-7.
- PIPONNIER, Françoise, v. ALEXANDRE-BIDON, Danièle.
- RAU, Virgínia, *Subsídios para o estudo das feiras medievais portuguesas*, Lisboa, Bertand, 1943.
- RAVEGGI, Sergio, *Gli uomini e le cose nelle campagne fiorentine del Quattrocento*, Florença, Olschki, 1983.

- RAVEGGI, Sergio, v. MAZZI, Maria Serena.
- RENOUARD, Yves, “Routes, étapes et vitesse de marche de France à Rome au XIII^e et au XIV^e siècle d’après les itinéraires d’Eudes Rigaud (1254) et de Barthélemy Bonis (1350)”, *Études d’histoire médiévale*, vol. II, Paris, S.E. V.P.E.N., 1968, pp. 677-697.
- ROCHA, Ana Rita, “Inclusão ou exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval”, *Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval*, ed. por Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva e Sara Prata, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2019, pp. 221-243.
- ROSA, Maria de Lurdes, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos”, *História religiosa de Portugal*, dirig. por Carlos Moreira Azevedo, vol. I, *Formação e limites da Cristandade*, coord. por Ana Maria C. M. Jorge e Ana Maria S. R. Rodrigues, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2000, pp. 413-510.
- SAINZ RIPA, Eliseo, “La atención a los hombres del camino en La Rioja”, *IV Semana de estudios medievales*, Nájera, 2 al 6 de Agosto de 1993, coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1994, pp. 136-166.
- SANTOS, Maria José Azevedo, *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de Quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- SANTOS, Maria José Azevedo, v. COELHO, Maria Helena da Cruz.
- SEQUEIRA, Joana, *O pano da terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média*, Porto, Universidade do Porto, 2014.
- SERRANO-PIEDRECASAS FERNANDEZ, Luis, “Estella a Sevilla: un camino en 1352”, *Les communications dans la Péninsule Ibérique aux Moyen Âge*. Actes du Colloque de Pau, 28-29 mars 1980, Paris, C.N.R.S., 1981, pp. 191-205.
- SIGAL, Pierre-André, *Les marcheurs de Dieu: pèlerinages et pèlerins au Moyen Âge*, Paris, Armand Colin, 1974.
- SILVA, Manuela Santos, “A assistência social na Idade Média: estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém”, *Estudos medievais*, vol. 8, 1987, pp. 171-242.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, “O crepúsculo da assistência medieval na Évora do século XV”, *D. Manuel e a sua época*, III Congresso histórico de Guimarães, 24 a 27 de Outubro de 2001, vol. II, *Igreja e assistência*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 349-360.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, “Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de confrarias de homens bons alentejanos”, *Estudos medievais*, vol. 8, 1987, pp. 55-72.
- , “Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média”, *Revista de história económica e social*, n.º 11, 1983, pp. 29-51.
- , *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989.
- TORRE, Susana della, “Noticias de viajes en la España cristiana medieval (siglos X a XIII)”, sep. de *Cuadernos de historia de España*, vol. XII, 1949.
- TORRES FONTES, Juan, “Un viaje a Valencia”, *Estampas de la vida murciana en la época de los Reyes Católicos*, 2.ª ed., Murcia, Academia Alfonso X, el Sabio, 1984, pp. 59-67.
- URÍA RIU, Juan, “La hospitalidad con los peregrinos e el hospedaje”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, por Luis Vázquez de Parga, José María Lacarra e Juan Uría Riu, vol. I, 2.ª reimp. da ed. facsimil da de 1948, [Pamplona], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, pp. 291-399.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio, “Aspectos de la vida cotidiana en la Castilla de fines de la Edad Media”, *La vida cotidiana en la España medieval*, Actas del VI Curso de cultura medieval, celebrado en Aguilar de Campoo (Palencia) del 26 al 30 de Septiembre de 1994, Aguilar de Campoo – Madrid, Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico, 1998, pp. 9-20.
- VARELA SIEIRO, Xaime, *Léxico cotián na Alta Idade Media de Galicia: o enxoval*, A Coruña, Sada (A Coruña) Edicions do Castro, 2003.
- VÁZQUEZ DE PARGA, Luis, “Itinerarios y relatos de viajeros”, *Las peregrinaciones a Santiago de Compostela*, por Luis Vázquez de Parga, José María Lacarra e Juan Uría Riu, t. I, 2.ª reimp. da ed. facsimil da de 1948, [Pamplona],



- na], Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1993, pp. 201-245.
- VERDON, Jean, “Dormir au Moyen Âge”, *Revue belge de philologie et d’histoire*, t. 72, fasc. 4, 1994, pp. 749-759.
- , *La nuit au Moyen Âge*, Paris, Perrin, 1994.
- VIANA, Mário, “Algumas medidas lineares medievais portuguesas. O astil e as varas”, *Arquipélago. História*, 2ª s., vol. III, 1999, pp. 487-493.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *A vivência da morte no Portugal medieval: a Estremadura portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995.
- VINYOLES I VIDAL, Teresa-Maria, *La vida quotidiana a Barcelona vers 1400*, Barcelona, Fundació Salvador Vives Casajuana, 1985.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, ed. crítica de Mário Fiúza, vols. I e II, Porto, Civilização, 1966.
- WOLFF, Philippe, “Les hôtelleries toulousaines au Moyen Âge”, *Regards sur le Midi médiéval*, Toulouse, Privat, 1978, pp. 93-106.





CENTRO DE
ESTUDOS
HISTÓRICOS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA